

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- MESTRADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LITERATURA COMPARADA**



**A experiência histórica e sua narratividade na literatura de Mia Couto e  
Paulina Chiziane**

**RENATA RIBEIRO**

**Pelotas, 2015.**

**RENATA RIBEIRO**

**A experiência histórica e sua narratividade na literatura de Mia Couto e  
Paulina Chiziane**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Letras da Universidade Federal de  
Pelotas, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em  
Letras.

Orientador: Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

R484e Ribeiro, Renata

A experiência histórica e sua narratividade na literatura de Mia Couto e Paulina Chiziane / Renata Ribeiro ; Aulus Mandagará Martins, orientador. — Pelotas, 2015.

86 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Literatura e experiência. 2. Literatura moçambicana. 3. Mia Couto. 4. Paulina Chiziane. I. Martins, Aulus Mandagará, orient. II. Título.

CDD : 896

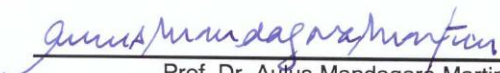
**Renata Ribeiro Munhoz**

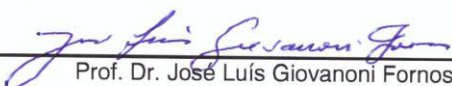
**A experiência histórica e sua narratividade na literatura de Mia Couto e  
Paulina Chiziane**


Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

09 de abril de 2015

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins  
Orientador/Presidente da Banca  
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Luís Giovanoni Fornos  
Membro da Banca  
Doutor em Lingüística e Letras  
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alfeu SpareMBERGER  
Membro da Banca  
Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo

*“O silêncio é choro do homem na turbulência da tempestade.”*

(Ventos do Apocalipse, CHIZIANE, 2006, p. 112)

**Resumo:** Analisar a experiência e sua narratividade, elucidando as relações entre ambas, é o objetivo deste trabalho. Pretende-se problematizar o quão tênues são as fronteiras entre o real e o fictício na literatura, tendo como enfoque a intersecção entre a ancoragem factual e a narrativa literária. Embasados na experiência traumática, a guerra civil moçambicana, os romances *Terra Sonâmbula* (2007), de Mia Couto, e *Ventos do Apocalipse* (2006), de Paulina Chiziane retomam o fato histórico pela via da ficção, incluindo a voz dos subalternos, personagens que, de um modo geral, não ganharam destaque na escrita da história oficial do país. Para tanto, busca-se a compreensão de como se processa a experiência histórica e seu narrar.

**Palavras-chave:** Literatura e experiência; Literatura moçambicana; Mia Couto; Paulina Chiziane

**Abstract:** Analyze the experience and its narrativity elucidating the relation between them is the goal of this work. The aim is to discuss how faint are the boundaries between the real and the fictional in the literature, focusing the intersection between factual anchorage and literary narrative. Based upon the traumatic experience, the Mozambican Civil war, the novels "Sleepwalking Land" (2007), by Mia Couto, and Apocalypse Winds (2006), by Pauline Chiziane, resume the historical fact by way of fiction, including the voice of subalterns, characters in general that not gained prominence in writing the official history of the country. Therefore, it seeks to understand how to process the historical experience and how it could house other experience classes.

**Keywords:** Literature experience; Mozambican Literature; Mia Couto; Paulina Chiziane.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: o processo de roedura do continente africano .....	42
Figura 2: a ocupação da África .....	43
Figura 3: dominação europeia do continente Africano, 1902 .....	44
Figura 4: impérios europeus na África .....	45
Figura 5: províncias de Moçambique.....	41
Figura 6: mapa da diversidade de idiomas e dialetos de Moçambique.....	43
Figura 7: fronteiras atuais de Moçambique.....	44

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. EXPERIÊNCIA E NARRATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 NARRATIVAS DA EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.1 ROMANCE HISTÓRICO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.2 METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2.3 NARRATIVAS DE TEOR TESTEMUNHAL.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2.3.1 LEMBRAR E ESQUECER.....</b>	<b>29</b>
<b>2 MOÇAMBIQUE E SUA HISTORIOGRAFIA .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO AFRICANO .....</b>	<b>40</b>
<b>2.2 INDEPENDÊNCIA MOÇAMBICANA .....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 PANORAMA ATUAL: MOÇAMBIQUE PÓS-COLONIAL.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 LITERATURA EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>56</b>
<b>3. ANÁLISE DAS OBRAS LITERÁRIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>3.1 MIA COUTO.....</b>	<b>62</b>
<b>3.1.1 TERRA SONÂMBULA .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2 PAULINA CHIZIANE.....</b>	<b>75</b>
<b>3.2.1 VENTOS DO APOCALIPSE .....</b>	<b>77</b>
<b>ASPECTOS CONCLUSIVOS.....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>



## INTRODUÇÃO

Aceitando o pressuposto de que a narrativa é uma das formas de ressignificar o passado, interessa-nos verificar de que forma a experiência histórica em relação a eventos traumáticos é configurada em textos narrativos ficcionais. Identificar como os eventos históricos estão presentes nestas narrativas, e são por ela retramados, é necessário para que compreendamos o texto literário como suporte para as experiências dos sujeitos históricos.

Para compreender estas relações, em que a experiência histórica é materializada através da literatura, foram escolhidos autores cujos projetos literários podem ser entendidos a partir do esforço de ressignificar os vestígios do passado corporificados no presente.

Analisar a representação da experiência histórica nas narrativas de Mia Couto e Paulina Chiziane é o propósito deste trabalho. Pretendemos examinar o conceito de experiência à luz de Benjamin, Ricoeur, Lukács e sua pertinência para a leitura de narrativas literárias. Assim, foram escolhidos os romances da literatura de Moçambique: *Ventos do Apocalipse* (2006), de Paulina Chiziane, e *Terra sonâmbula* (2007), de Mia Couto. Ressaltamos que as obras analisadas apresentam como pano de fundo da diegese a guerra civil moçambicana, o trauma que fez emergir os relatos e experiências.

Naturalmente, a guerra civil foi tematizada por outros escritores moçambicanos, como é Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa. Julgamos, entretanto, que nos romances de Mia Couto e Paulina Chiziane a guerra não é a penas o assunto ou tema da obra, mas que sua representação deve ser observada ao nível da própria diegese.

Assim, interessa-nos investigar de que modo o fato histórico, ou seja, a guerra civil, é representado pelo relato da experiência das personagens, como também verificar o significado desses eventos no novo sistema de organização de suas vidas imposto pelo evento traumático.

A fim de atingir esses objetivos, a dissertação se divide em três capítulos:

O primeiro capítulo versa acerca da relação entre experiência e

narrativa. Para tanto, é necessário discorrer sobre a categoria da experiência. Dialogando com teóricos como Walter Benjamin e Gyorgy Lukács pretendemos verificar a pertinência dessa categoria para a leitura dos romances moçambicanos. A experiência histórica e sua teoria ocupam este espaço de reflexão, assim como as narrativas de experiência. Desse modo, aprofundaremos os conceitos de romance histórico, metaficção historiográfica e narrativa de teor testemunhal.

No segundo capítulo, pretende-se explicar sobre o processo de colonização africano, assim como fornecer um panorama geopolítico acerca de Moçambique, relatando o processo de independência do país, o panorama atual e explicitando o percurso da história da literatura moçambicana.

Encerrando o trabalho, no terceiro capítulo, ancorados nos conceitos teóricos aqui expostos, propõe-se uma interpretação para os romances *Terra Sonâmbula* (2007) e *Ventos do Apocalipse* (2006), demonstrando os modos de representação da experiência histórica.

Como afirma Buescu (2001,p.20) “a literatura comparada surge como espaço reflexivo privilegiado para a tomada do caráter histórico e cultural do fenômeno literário”. Logo, a interdiscursividade torna-se visível na relação entre as áreas.

Esperamos através deste trabalho entender como funciona o processo da experiência histórica dos sujeitos de Moçambique anotada na literatura de ficção. Questionando os parâmetros eurocêtricos do conhecimento, pretendemos registrar o ponto de vista dos africanos — moçambicanos — a respeito de seu próprio passado, afirmando sua capacidade de conferir a ele historicidade.

Almejamos contribuir para a continuidade e valorização dos estudos comparados em literatura contemporânea e fomentar a discussão acerca da relação “literatura e experiência”.

## 1. EXPERIÊNCIA E NARRATIVA

Desde nossos primeiros encontros com a literatura, pressupondo-nos ouvintes de contos infantis, experienciamos vivências através de narrativas. Sentimo-nos enternecidos com o patinho feio e sua trajetória de rejeição que compartilhamos; tristes com a morte do soldadinho de chumbo cuja luta para voltar para casa acompanhamos; espertos ao nos colocar no lugar do porquinho que construiu a casa de tijolos.

Depois, leitores, sentimos saudades da Macondo por nós imaginada; diminuimos o ritmo da leitura para mais vagarosamente chegar à última folha do destino de Blimunda e Baltasar; não conseguimos nos desfazer da companhia de Rodrigo Cambará ao entrarmos em um bolicho. Experiências tão nossas e tão universais proporcionadas por páginas escritas por outrem, que, por vezes, tanto nos cativam que nos imaginamos habitantes do mundo narrado.

Por experienciar Guimarães Rosa, reconhecemos nos neologismos um estilo tão seu que se encontramos vestígios em autores modernos, vinculamos seus escritos à leitura prévia de Guimarães. Experienciando Saramago, percebemos uma forma de escrever tão diferente que, inicialmente, nos exaure, intriga, e, dez laudas adiante, já acompanhamos sua falta de pontuação com naturalidade, sua sonoridade narrativa com fruição, tamanho envolvimento essa experiência nos proporciona.

Os lugares acessados somente pelo imaginário produzido pela literatura, como *Pasárgada*, *Terra do Nunca* ou *País das Maravilhas*, são mutantes a cada olhar. A nossa experiência com cada um destes espaços é que os tornam o que são, um devaneio à vista de alguns, um oásis para outros. Os visitamos quando queremos, como queremos, e se quisermos. Tais

universos são delineados pelas vivências e conhecimento de mundo que possuímos, podendo neles coabitar dilemas e refúgios.

Nossa experiência de leitor, a que propociona estas catarses, inquietações, não será objeto de análise deste trabalho. Interessa-nos reconhecer a experiência vivida pelas personagens ficcionais e como esta experiência nos é contada quando ancoradas nos fatos históricos.

Walter Benjamin, um dos pilares teóricos de sustentação desta pesquisa, apresenta uma narrativa pensada na articulação entre experiência e memória. Sendo assim, narrar uma experiência não é somente um ato de memória coletiva, e sim uma rememoração individual através da qual o autor busca reconstruir o vivido através da sua fala, do seu viés de experiência.

Para Benjamin, esta narrativa individual não quer recuperar o passado, mas sim atualizá-lo, de maneira a fazer com que o homem moderno se aproprie deste passado. A existência individualista não possibilitaria ao homem moderno momentos de experiência através de uma narrativa no sentido tradicional.

Desta forma, a experiência começa a ser pensada por Lukács e Benjamin pelo viés da narrativa. Ambos tecem considerações entre da experiência e o narrar. Quem narra consegue legitimar a vivência individual que pode ser comunicada e fazer sentido à coletividade.

A experiência, de acordo com Walter Benjamin (1985) é um conceito que há muito se atrelava à autoridade que a velhice trazia. No entanto, o autor problematiza o quanto as narrativas proferidas pelos idosos ainda encontram espaço para serem ouvidas pelos jovens interlocutores, que linguagem e discurso seria a mais adequado e onde encontraríamos pessoas dispostas a transmitir a experiência.

Benjamin sublinha a impossibilidade de transmissão da experiência, visto que muitas vezes a experiência vivida é tão traumática que impossibilita a narrativa. Em seu texto *Experiência e pobreza* (1985) o autor discorre acerca da temática, utilizando como exemplo os soldados que haviam voltado da guerra:

(...) está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silencioso do campo de batalha. Mais pobres em experiências

comunicáveis e não mais ricos. (BENJAMIN, 1985, p.114-115)

O fato é que os combatentes haviam passado pela experiência da guerra, porém as lembranças eram tão dilacerantes que a opção adotada era o silêncio. A experiência fora de tamanha intensidade e dor, que os soldados não a queriam reviver através dos relatos testemunhais.

Na tentativa de compreender estes discursos, narrativas calcadas nas experiências pessoais e coletivas, encontramos também a teorização de Lukács (2011), elaborada em 1964, que aborda a necessidade de não fazer-se da narrativa uma mera descrição, cujo conteúdo não daria conta da percepção e representação do caráter dinâmico da realidade. O narrador que não conseguisse dar conta deste dinamismo da realidade seria responsável por eternizar algo fixo e imutável.

Assim, a perspectiva do narrador, para Lukács, não está atrelada às suas convicções, pois a transformação da realidade é um movimento que jamais cessa, retramando assim sempre algo novo. A história cria tamanha independência que, em dado momento, as personagens podem tomar decisões que contrariem a expectativa primeira do autor.

A atitude de quem vive os acontecimentos é posta em oposição a de quem apenas contempla, observa as situações. Lukács relaciona assim o narrar e descrever, aquele que vive/narra difere daquele que apenas descreve o fato.

Já Benjamin, quando pensa em narratividade, em seu texto "O narrador" (1985), tece considerações que levam à compreensão de que o ato de narrar estaria em vias de extinção. A narrativa corresponde a uma experiência difícil de ser transmitida no mundo atual, sendo uma arte em declínio.

A formação do indivíduo e suas experiências são vistas por Benjamin como uma oposição à lógica e ao saber científico. Ele faz a proposta de que seja construída uma nova modalidade de experiência, visto que as narrativas tradicionais já não são mais possíveis no mundo moderno.

Discorrendo sobre o camponês sedentário e o marinheiro comerciante, Benjamin instaura modelos arcaicos de narradores, em que o camponês reporta uma experiência distante no tempo – a qual localiza o saber no

passado –, e o marinheiro transmite uma experiência distante no espaço. Os viajantes, que contavam o que tinham visto, e os camponeses, que traduziam através dos relatos orais a transmissão da sua sabedoria, seriam os exemplos dos primeiros narradores. Segundo Benjamin:

A experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.

(...)

“Quem viaja tem muito a contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece as histórias e as tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. (1985, pg.197-198)

Ainda neste texto, Benjamin explana as relações entre narrativa e romance. Tem-se a narrativa enquanto portadora de uma experiência localizada na tradição oral, sendo um ato coletivo uma vez que há um auditório interessado. Já o romance, a forma escrita, seria um ato individual, crítico. Prosseguindo na teorização, o autor difere saber de informação, atribuindo ao saber à experiência, enquanto atrela à informação a característica de se esgotar nela própria, sendo algo que se esvazia assim que é transmitida.

O conceito de experiência que Benjamin (1985) nos sugere, revela que a memória coletiva é deixada de lado para dar espaço a uma vivência individual. No entanto, essa vivência é ambivalente, porque seria algo que está voltado para o coletivo, visto que só teria valor se posta em narrativa, ou seja, externada para alguém.

## **1.1 A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA**

A experiência histórica é uma trama de discursos e práticas através das quais nos constituímos enquanto sujeitos. Uma experiência culturalmente situada, histórica, concreta, nos coloca enquanto seres particulares nas nossas experiências, e universais quando damos conta de que nossas experiências

são semelhantes a de tantos outros sujeitos, cada um com sua individualidade e subjetividade.

O conceito de experiência tem em Foucault um dos seus maiores representantes. Sua trajetória teórica traz três problemáticas que irão nortear os rumos dos seus conceitos: o saber, as relações de poder e a subjetividade.

Esses três eixos de pensamento vão ser desenhados ao longo da vida do autor, que inicia suas publicações em 1961, com a *História da loucura*, e, posterior a este, outras publicações que versarão sobre o saber. Em um segundo momento de produção autoral, emerge a temática do poder, que tem como representante no corpus do autor a obra *Vigiar e punir* (1975). Em um terceiro momento, passa a ser interesse de Foucault as questões ligadas à sexualidade e subjetividade, e é lançada a obra *Historia da sexualidade*, que tem seu primeiro volume editado em 1976 e outros dois no ano de 1984.

Estes temas de interesse de Foucault irão culminar na subjetividade, de onde emerge o início da conceituação da experiência histórica. Aquele saber, subjetivo, que foi dito (e até mesmo o não dito) irão configurar a experiência histórica em um âmbito singular, aquela em que o sujeito pensa em si mesmo e ele próprio é o objeto da sua reflexão. Contudo, o conceito que Foucault quer desenvolver é aquele que busca estabelecer os limites entre o sujeito e a possibilidade de uma experiência histórica, aquela que se coloca entre uma experiência trágica e pessoal e que desnuda a subjetividade do sujeito que está inscrito na história.

Assim sendo, cabe investigar a relação do autor com a história. De acordo com Foucault, referindo-se a seu livro *O uso dos prazeres* (1984), volume dois da *História da Sexualidade*, a história que ele se propunha a escrever não era uma história das representações, sequer de comportamentos, mas sim uma “história da sexualidade como experiência” (FOUCAULT, 1984, pg. 10-11). O autor buscou verificar de que forma nas sociedades modernas os indivíduos se reconheciam enquanto sujeitos de uma sexualidade, de uma experiência que é cercada de regras e imposições. Desta forma, a experiência é uma articulação entre vários elementos, como saber, cultura, normas e subjetividade.

Somente quando se reconheciam enquanto sujeitos que estão subordinados a estes sistemas que regulam uma experiência (poder, saber e

subjetividade) é que os indivíduos poderiam de fato se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade.

Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constituiu-se uma 'experiência' tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma 'sexualidade' que se abre para campos de conhecimento bastante diversos, e que se articula em um sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. [...] Falar da 'sexualidade' como uma experiência historicamente singular suporia, também, que pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade. (FOUCAULT, 1984, p. 10-11).

Logo, o conceito da experiência trama os discursos e maneiras de agir que utilizamos e que nos constituem. Deste modo, a experiência é algo que necessita ser historicamente situada, já que é concreta e provém da cultura e do momento histórico em que vivemos. É esta experiência que Foucault aponta como experiência histórica, particular do sujeito, sublinhando que ele está inscrito na história.

De acordo com Foucault, esse sujeito que a experiência histórica cria não é uma figura universal, mas um sujeito singular, dono de uma subjetividade. Portanto, a experiência histórica nos faz tentar compreender a particularidade daquele sujeito, enfocando as suas verdades e as práticas que o constituíram historicamente. Assim, a história tem um papel essencial na relação com a experiência:

Uma história não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos, mas uma análise dos 'jogos de verdade', dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado. (FOUCAULT, 1984, p. 13)

Estes "jogos de verdade" fazem parte do que dá forma à experiência histórica, e a partir deles, dos saberes e da subjetividade é que se pode determinar uma experiência de si, única e particular.

As experiências históricas também foram pensadas por Edward



Thompson. Em seu livro, *A formação da classe operária inglesa* (1987), o autor traz uma nova versão sobre a história do movimento trabalhista britânico no período de 1832 a 1945. Observando os movimentos populares e sociais na Inglaterra do século XVIII, Thompson desenvolveu seu conceito de experiência histórica, buscando em seus estudos historiográficos dar voz a homens e mulheres cujas histórias não foram contadas.

De acordo com o teórico, a experiência serve como um modelo utilizado para unificar os atos dos trabalhadores. A luta de classes propiciou experiências históricas desses operários ingleses do século XVIII, os quais tiveram sua cultura e manifestações desprezadas, já que pertenciam a classe baixa.

Focando as classes, Thompson irá afirmar que a experiência histórica deve estar atrelada a percepção, por parte dos historiadores, de que não se pode pensar uma classe social independente de outra, ou hierarquizá-las culturalmente: “Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente” (Thompson, 1987, p. 277).

Acerca das classes sociais, o autor adverte que as mesmas são construídas de maneira histórica, portanto devem ser pensadas e analisadas dentro de um contexto específico. As classes só existiriam porque, segundo Thompson (1987), o ser humano se coloca diante da vida de uma maneira classista, ou seja, formam elos e ações coletivas que tem seu alicerce em uma mesma base cultural.

Desta forma, o autor irá revelar que os movimentos sociais populares da Inglaterra do século XVIII tiveram nas ações coletivas uma forma de resistência, já que utilizavam a sua cultura, a popular, em detrimento de uma produção marxista acadêmica, que era o saber valorizado da época. Neste viés, a experiência histórica vai ser sinônimo de uma classe que valoriza a sua sabedoria e a transforma em ações dentro de um contexto histórico no qual necessitam legitimar-se enquanto sujeitos históricos. A este desejo de ações, o autor impulsiona através da denúncia nos seus textos:

Depois de 1750, cada ano de escassez era acompanhado por uma enxurrada de panfletos e cartas à imprensa de valor desigual. Era frequente que os protagonistas do comércio livre lamentassem que uma “gente” desorientada viesse atear o descontentamento da tuba. (Thompson, 1987, p. 48)

Ao exaltar esses sujeitos que desacomodavam o poder, Thompson de uma maneira pragmática reconstrói o passado desta classe de trabalhadores, mostrando que mais do que teorizar era necessário evidenciar e externalizar estas experiências que provinham de sujeitos reais, inscritos na história e constructos dela. O autor defende em sua teorização que a experiência histórica que deve ser analisada pelos historiadores para que se torne a memória de uma classe é aquela experiência vivida por sujeitos reais, não levando em conta os modelos fictícios idealizados que não participaram da história enquanto agentes de transformação da mesma.

Esta experiência posta em narrativa pelo teórico inglês é a narrativa de um fenômeno histórico singular, devendo ser pensada como a formação de uma classe pertencente a um tempo definido historicamente. As ações e reflexões da classe devem ser entendidos se compreendido seu contexto histórico. Por isso a importância da classe reconhecer-se enquanto classe, tomar consciência de que estas ideias, tradições e valores são o que os agrega enquanto classe detentora de uma experiência.

A experiência histórica de uma classe e a consciência desta experiência são duas coisas distintas segundo Thompson. Na experiência de classe os sujeitos são quase que involuntariamente inseridos em um grupo, do qual se sentem parte e participam das ações e pensamentos coletivos. No entanto, ter a consciência de que se está fazendo parte de um processo que é balizado pela história e pelos discursos é um segundo momento, que irá proporcionar determinada coesão ao grupo, quando seus integrantes se percebem sujeitos históricos de experiências parecidas, ainda que estejam vivendo a sua história individual.

Nota-se, então, que o conceito de experiência histórica, quando mais elaborado, aponta para um espaço em que as ações, involuntárias, vão cedendo lugar a ações conscientes, produtivas e imbuídas de uma força prática. Nesse caso, o que constitui a experiência é “a classe definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987, p.12). Ainda que a história de cada um seja particular, subjetiva e única, a opção consciente em fazer parte de uma classe denota um sujeito agente da experiência histórica.

Para Thompson (1987), “não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (p.16). Assim, convergindo para a noção de experiência histórica adotada por Foucault, a experiência para Thompson é um processo histórico em que se constitui um sujeito histórico subjetivo inscrito na história e determinado por ela e seu contexto.

Partilhando ainda da mesma essência acerca da experiência histórica, temos a concepção de Reinhart Koselleck. Em sua obra, *Futuro passado* (2006), o autor discorre sobre história, tempo e historiografia, questionando como a temporalidade e o seu movimento constituem grupos e sujeitos. O tempo, para Koselleck, possui intrínseca relação com a experiência: “a estrutura temporal da história passada delimita um espaço contínuo no qual acontece toda a experimentação possível” (Koselleck, 2006, p. 37).

Desta forma, a História é composta de experimentações. No entanto, tais experiências deixariam de ser “histórias” para se converter em História somente se os acontecimentos fossem coletivos, como as Revoluções, por exemplo, citadas pelo autor em sua obra, as quais podem ser entendidas como o relato de uma coletividade, ainda que tenham advindo de ações particulares, singulares.

Logo, a história só possui caráter de história à medida em que já tenha sido compreendida enquanto conceito (Koselleck, 2006,pg. 110). Assim, a forma de representar esta história é problematizada pelo autor. Segundo ele, o movimento que ocorre é que o narrar remete a distintos tempos históricos. No entanto, esta narrativa só tem dado conta dos eventos históricos. Logo, erroneamente, traduz a história como uma sucessão de eventos racionalizados, objetivos, reduzindo a historiografia a situações muito marcadas no tempo da história em detrimento do processo que levou ao acontecimento do evento. Assim, Koselleck propõem uma nova perspectiva de história, a temporal:

A ciência histórica, ao levar em conta o ponto de vista temporal, transforma-se em uma disciplina investigativa do passado. Essa temporalização das perspectivas foi certamente favorecida pelas rápidas transformações da experiência provocadas pela Revolução Francesa. Tais rupturas de continuidade pareciam querer livrar-se de

um passado cuja crescente estranheza só poderia ser esclarecida e recuperada pela pesquisa histórica (Koselleck, 2006, pg.174)

Neste ínterim, a experiência histórica deve permitir comparações, exemplificações que tragam consigo maior número de perspectivas. Tais explorações se dão a partir de pesquisas históricas que contemplem a experiência vivida por diferentes grupos que tragam pontos de vista distintos. Assim sendo, a perspectiva acerca do estudo do passado deve ser revista.

A experiência para Koselleck (2006) é reconhecida como um conceito que é apreendido na temporalidade, mas só é consolidado pela modernidade, a qual propicia uma experiência que dinamiza a história, trazendo expectativas diferentes. Estas expectativas se renovam porque emergem novas soluções baseadas em uma experiência: "(...) depois de haverem nascido de uma revolução, quando os projetos políticos correspondentes se transformam em realidade, as velhas expectativas se desgastam nas novas experiências (Koselleck, 2006, pg. 326). Logo, reconstruir o passado pela narrativa das experiências é reconstruir as expectativas de um povo.

Engendrando nossos três pilares de reflexão, Foucault, Thompson e Koselleck, verificamos que possuem a visão semelhante de que o passado precisa ser revisto, porém sob perspectivas diferentes das que foram cristalizadas nos manuais históricos. O olhar de um novo sujeito, que se vê enquanto sujeito histórico e que reconhece a importância de se abranger novos olhares, é essencial neste processo de revisitação da historiografia.

A experiência histórica é construída, de acordo com os três autores, na pluralidade das vozes, ainda que dissonantes, ainda que tímidas, mas portadoras de subjetividade e discursos. Sejam classes, como defende Thompson, grupos, como afirma Koselleck, ou sujeitos históricos com sua carga de saber e verdade, como discorre Foucault, o sublinhado é que a experiência, ainda que individual, é sempre coletiva, e é esta experiência — denominada histórica— que fará ressurgir novos horizontes de expectativas através das narrativas, sejam ficcionais ou não, literárias ou históricas, visto que o limite entre ambas torna-se cada vez mais tênue.

## 1.2 NARRATIVAS DA EXPERIÊNCIA

### 1.2.1 ROMANCE HISTÓRICO

De acordo com a concepção de história e de literatura de cada época, muda a relação entre ambos. Já Aristóteles na sua *Poética* (1987) aponta que literatura e história possuem semelhança na aparência, mas a essência as difere. A tragédia, objeto de reflexão do autor, encena uma transformação ideológica, na qual ocorre a transformação social de um pensamento mítico (mito) para um pensamento racional (história). Este pensamento mítico, que seria a imitação do mundo real através da literatura, expulsando do mundo real os poetas — idealizado por Platão — é revisitado por Aristóteles que revaloriza os poetas e traz a literatura para o mundo dos homens, no qual os conflitos da sociedade são vividos através das tragédias.

Com o passar dos tempos, a tragédia foi perdendo espaço enquanto gênero privilegiado para representar conflitos históricos. Surge, então, um novo gênero literário, eleito pela burguesia ascendente para representá-la.

Este gênero emergente no século XIX marca uma transformação no cenário da literatura, pois antes ocupavam lugar de destaque apenas poesia e teatro. O encontro entre literatura e história é teorizado e legitimado por Lukács e será denominado “romance histórico”. Esta modalidade de romance traz consigo o compromisso de legitimar a ideologia burguesa e terá como característica ser o portador de uma verdade. Atribui-se a este gênero a valorização de uma “verdade” histórica, afetando ou diminuindo o caráter ficcional que se julga inerente à narrativa literária.

O romance histórico é a materialidade da relação entre história e literatura, pois integra na diegese a história, agregando a temática histórica. A forma e a ideologia nestes romances são indissociáveis. O que os sustenta é a presença de um evento histórico importante para a nação, um evento que integra a história oficial, a grande história, a partir da ideologia burguesa.

A diegese traz consigo uma história que é a compreensão do passado, agregando à ficção a história. Porém, ideologicamente, a perspectiva adotada é

conservadora, na qual a história é um elemento dado, fechado em si, e marcada por um grande acontecimento. Na forma, as personalidades históricas dão vida aos personagens fictícios, os eventos históricos aparecem nas ações, espaço e tempo. No primeiro plano narrativo estão os personagens ficcionais e no pano de fundo está a história que, em geral, é contada por um narrador que se encontra no tempo da narrativa.

Em *O romance histórico* (2011), Lukács afirma que o verdadeiro romance histórico traz o passado para perto de nós, de maneira a torná-lo experienciável. Sem uma relação experienciável com o presente, a figuração da história seria impossível.

(...) um verdadeiro romance histórico traz o passado para perto de nós e o torna experienciável. Sem uma relação experienciável com o presente, a figuração da história é impossível. Mas, na verdadeira grande arte histórica, essa relação consiste não em referências a acontecimentos contemporâneos (...) mas na revivificação do passado como pré-história do presente, na vivificação ficcional daquelas forças históricas, sociais e humanas que, no longo desenvolvimento de nossa vida atual, conformaram-na e tornaram-na aquilo que ela é, aquilo que nós mesmos vivemos. (LUKÁCS, 2011, p.73)

O passado é experienciável porque faz sentido para o homem contemporâneo, (romântico), uma vez que a história, pela primeira vez, segundo Lukács, é incorporada na experiência humana, ou seja, a história deixa de ser aquilo que diz respeito aos deuses e aos reis e passa a incluir a todos nós, os homens medianos, nas palavras do autor.

A experiência é relacionada à literatura, por Lukács, através do viés das crises históricas nacionais. Analisando o romance histórico de Walter Scott, Lukács relata que os heróis construídos pela nação são significativos na medida em que existe uma comoção nacional, a qual decorreu de uma experiência, como a mencionada por ele, a Revolução Francesa. A “grandeza humana” está retratada nas personagens que denotam seus conflitos através de suas ações na diegese. Os tipos sociais históricos (2011, p.151) ganham vida através da literatura e eles que representam a realidade.

Por esta forma de figuração humana e histórica Scott dá vida à história. “(...) ele representa a história como uma série de grandes crises. Sua representação do desenvolvimento histórico (...) é uma série ininterrupta de

crises revolucionárias.” (LUKÁCS, 2011, p. 72)

Walter Scott inaugura na literatura uma nova maneira de representar o passado, entendido agora não como um evento longínquo e isolado do presente, mas como sua própria gênese. A literatura, assim, passa a ser entendida como a reflexão do pensamento da sociedade, uma estrutura condicionada por fatores que definem um determinado momento histórico. O conjunto das ideias que cercam um evento histórico, permite alguns pensamentos sob determinada época em detrimento a outros. Somente surgiriam pensamentos e reflexões inseridas na literatura que a época permitisse. O romance histórico de Scott resulta de uma concepção de história do século XIX, caracterizada pelas reflexões daquela sociedade.

Sendo assim, a literatura propicia a experiência histórica na qual as personalidades históricas e eventos aparecem tal qual como seriam na vida real. A história oficial e as personalidades históricas possuem característica de já terem seu destino traçado, estarem previamente escritas.

Cabe ressaltar que o pensamento de Lukács descreve o romance histórico no século XIX, sob denominação de forma clássica do romance histórico. O autor descreve a relação literatura e história nos romances românticos e realistas. Conforme se muda a percepção do passado, também se altera a relação do sujeito com a história. O surgimento de uma nova experiência histórica, as massas, que passam a participar do cenário político, altera a percepção do passado. Passamos a perceber que o fluxo da história não segue uma ordem natural e que esta ordem pode ser rompida a partir de determinado momento, suscitando uma nova experiência histórica, a qual neste trabalho foi apresentada sob a perspectiva de Foucault, Thompson e Koselleck.

As narrativas de romance histórico dão conta de representar experiências ligadas ao Romantismo e Realismo. A abertura para um retorno à história através das narrativas em que as personagens questionam e problematizam a história ocorre no pós-modernismo. Enquanto que no modernismo o passado era algo para ser destruído, negado, o pós-modernismo vai apropriar-se deste passado e buscar de alguma forma subvertê-lo.

## 1.2.2 METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A pós-moderna metaficção historiográfica, apresentada por Linda Hutcheon (1991), problematiza a escrita literária – e sua representação do mundo – questionando a escrita histórica, ou seja, como se representa e compreende o passado. Enquanto no romance histórico existe uma ênfase no acontecimento histórico, todavia não se questiona a história, uma vez que ela é somente o pano de fundo, na metaficção existem intervenções da ficção na história, tentando subverter versões consagradas de um passado que deve ser repensado e de uma verdade que deve ser reconstruída.

Na metaficção existe autonomia da obra literária. Intertextos são tecidos advindos da literatura e da história e o constructo depende dos intertextos literários e históricos, textos e discursos que circulam na sociedade. Estes intertextos provêm tanto da tradição literária quanto da história, sem que seja possível estabelecer uma hierarquia entre eles, sendo incorporados na narrativa e experienciados pelo leitor.

De acordo com Hutcheon (1991) a metaficção historiográfica faz um movimento duplo e ambíguo. Incorpora os textos da literatura (afirmando, portanto, a autonomia da obra) e da história (afirmando, portanto, a abertura da obra para o mundo). No entanto, trata-se de uma incorporação que tem por objetivo contestar tanto os textos do cânone literário quanto os discursos da história. No mesmo texto, questiona-se a escrita da ficção e a escrita da história.

Sendo a literatura uma das formas de reconstrução do passado, quando se fala em literatura, logo vem à mente o cânone literário do país sobre o qual se pensa, ou seja, quais são as obras mais representativas daquele território. *Kanon* vem do grego e significa norma, lei. Portanto, um cânone é mais do que um conjunto de obras que representa um país, ele tem caráter normativo, perene e, além disso, por ser um instrumento de poder, que exclui ou inclui, é carregado de ideologia. Quais obras vão representar o país? Quem as escolhe? Como as escolhem?

No panorama da literatura africana mundial, alguns autores constroem novos cânones, tarefa nada fácil, ampliando os horizontes da literatura, como o caso da literatura abordada neste trabalho. Mia Couto e Paulina Chiziane



insurgem narradores que nos trazem múltiplos olhares. Desconfiam da verdade histórica e nos mostram uma releitura a partir da sua ideologia, da sua posição subalterna ocupada na história.

Os textos literários, de acordo com os pressupostos modernistas, eram assim classificados pelo sua falta de compromisso com a realidade. Um texto literário não se intitula verdade. Este sempre foi o critério para separar o texto literário do não literário. O texto real do ficcional. Entretanto, na metaficção historiográfica esta fronteira muda, torna-se muito tênue. A experiência utilizada para relatar os fatos aproxima tanto o texto fictício dos fatos históricos que reconhecemos elementos, situações e dados históricos através da representação feita pela narrativa.

Essa relação entre história e literatura também é discutida no livro *Meta-ficção* (1995), de Hayden White, o qual analisa a história considerando que o pensamento histórico que opera com a representação não é isento de ficcionalidade. Segundo White:

Diz-se às vezes que o objetivo do historiador é explicar o passado através do “achado”, da “identificação”, ou “descoberta” das “estórias” que jazem enterradas nas crônicas; e que a diferença entre “história” e “ficção” reside no fato de que o historiador “acha” suas estórias, ao passo que o ficcionista “inventa” as suas. Essa concepção da tarefa do historiador, porém, obscurece o grau de “invenção” que também desempenha um papel nas operações do historiador. (WHITE, 1995, p. 22)

Desta forma, nota-se o quanto é importante reconhecer este revelar da ficção, uma representação que não utiliza apenas a verdade como referência, mas também a relação do sujeito com seu imaginário.

Analisando essas estruturas do pensamento histórico, White mostra que os historiadores em séculos passados atestavam que seus registros eram verdadeiros e que eles se apresentavam como os legítimos detentores deste poder. Sob a justificativa de que havia uma imparcialidade, não se atrelava os sujeitos aos discursos históricos. Os estudos do autor contribuíram para que essa visão fosse mudada e percebêssemos o aspecto ideológico nos discursos históricos através do olhar daquele que nos conta a história.

Linda Hutcheon (1991), neste mesmo viés, afirma que história e literatura são “construtos discursivos” e ambas construídas histórica e

socialmente, constituem discursos que atentem a interesses específicos, se transformam e têm em comum, além do fato de serem discursos, a verossimilhança e a intertextualidade. História e ficção apenas representam a realidade, logo não são a própria realidade, partem de outros textos para serem elaboradas e são apresentados em forma de discursos.

Analisando a poética do pós-modernismo, Hutcheon considera que esses romances imbricam história e ficção sem nos revelar onde começa uma e termina a outra. Traçando um perfil do pós-modernismo, a autora denota que os pós-modernos possuem a tendência de estreitar o limite entre ficção e realidade, tentando desta forma entrecruzar história e literatura.

A separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas têm em comum do que em suas diferenças. (HUTCHEON, 1991, p. 140)

A metaficção historiográfica, através do repensar da estrutura do discurso, da realidade dos fatos e da aproximação entre história e literatura abre portas para outras visões acerca da história oficial. Partindo da articulação entre história e literatura os personagens ex-cêntricos, ou seja, negros, mulheres, gays, pobres, aqueles que foram excluídos da maneira de pensar a história através dos grandes eventos, buscam desestabilizar o pensamento hegemônico da maioria dominante e se revelam como testemunhas históricas importantes para a construção de um novo olhar sob a história.

### **1.2.3 NARRATIVAS DE TEOR TESTEMUNHAL**

Reiterar um fato, lembrá-lo, de acordo com Ricoeur (2010, p.59), é uma das experiências mais primitivas de retenção. Todavia o autor traz a pergunta: o quanto de representação há nesta retenção trazida para o presente? O quanto fiel é ao objeto rememorado a narrativa?

Em se tratando de experiência histórica, calcada em um fato histórico, lido através de uma subjetividade, filtrada por determinadas experiências, cabe discutir o que é um testemunho na história. As experiências advindas dos

subalternos vão dar o tom testemunhal e redesenhar o lugar do sujeito histórico.

Para Ricoeur (2008) o testemunho emerge como uma categoria da história. O sujeito está integrado na história. Para o historiador seria necessário que houvesse o acontecimento, testemunhado por alguém, o qual o registra através de fotos, livros, anotações, e só então o historiador utiliza este material para representar o passado.

Neste contexto, emerge a narrativa de testemunho, a fala de um sujeito inscrito na história. Surge, então, uma pergunta proposta por Ricoeur (2008, p. 171): até que ponto o testemunho é confiável? À indagação, o autor responde chamando atenção para seis tópicos, que poderiam ser aplicados como verificadores da confiabilidade: realidade factual ou autenticação da declaração pela experiência do autor (confiabilidade presumida da testemunha); especificidade do testemunho e vinculação deste à vida; característica dialógica do testemunho; confronto entre testemunhas; credibilidade moral da testemunha —e sua disposição na reiteração da fala— e estabilidade do testemunho.

Sendo assim, o testemunho seria, a priori, presumidamente verdadeiro. Desta forma, direciona-se a discussão para a concepção de narrador testemunhal, (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.65) “aquele em que a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”.

Neste viés, Seligmann-Silva (2008) traz à tona o testemunho das catástrofes, que é exatamente sobre o qual se debruça este estudo. A guerra em Moçambique é a ancoragem factual dos testemunhos coligidos na literatura ficcional de Mia Couto e Paulina Chiziane. Estes marcos traumáticos problematizam a figura da testemunha, já que o evento é por vezes tão contaminante que torna difícil o afastamento necessário da vítima para que possa narrar seu testemunho de forma lúcida e íntegra.

Consegue-se testemunhar aquilo que o narrador já conseguiu manter determinada distância e, por isso, “necessita” narrar. “O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69) logo, registrar este passado torna-se quase uma obrigação para quem o viveu, não só para que ele possa ficar inscrito na história, mas também

para que possa ser dirigido ao esquecimento, suscitando novas memórias.

Os romances analisados neste trabalho apresentam o caráter de narrativas de teor testemunhal. Como afirma Selligmann-Silva (2008) é necessário narrar. Esta necessidade emerge nítida quando feita a leitura das obras. Ela perpassa as narrativas e por vezes é explicitada:

Quero pôr o tempo em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória, me apago a mim. No fim destes escritos, serei denovo uma sombra sem voz. (COUTO, 2007, p.15)

Nota-se que o desejável distanciamento do fato traumático para que pudesse haver a narração, como acena Selligmann-Silva, já ocorreu, devido à temporalidade das narrativas. Todavia, os resquícios do trauma aparecem nas recordações, no rememorar, através da narrativa das memórias coletivas. Por esta razão o narrador se coloca como uma voz que vai desaparecer, um ser que se apaga para que o narrar da experiência sobressaia.

Conforme Tedesco (2004), o papel do testemunho como fonte de conhecimento histórico, autêntico e confiável é objeto de discussão desde a antiguidade. Heródoto, por exemplo, assentia que o testemunho se esgotaria na terceira geração, ou seja, naquele que escutou de alguém que ouviu de quem observou. Neste caso, o que não era mais visto não poderia ser relatado.

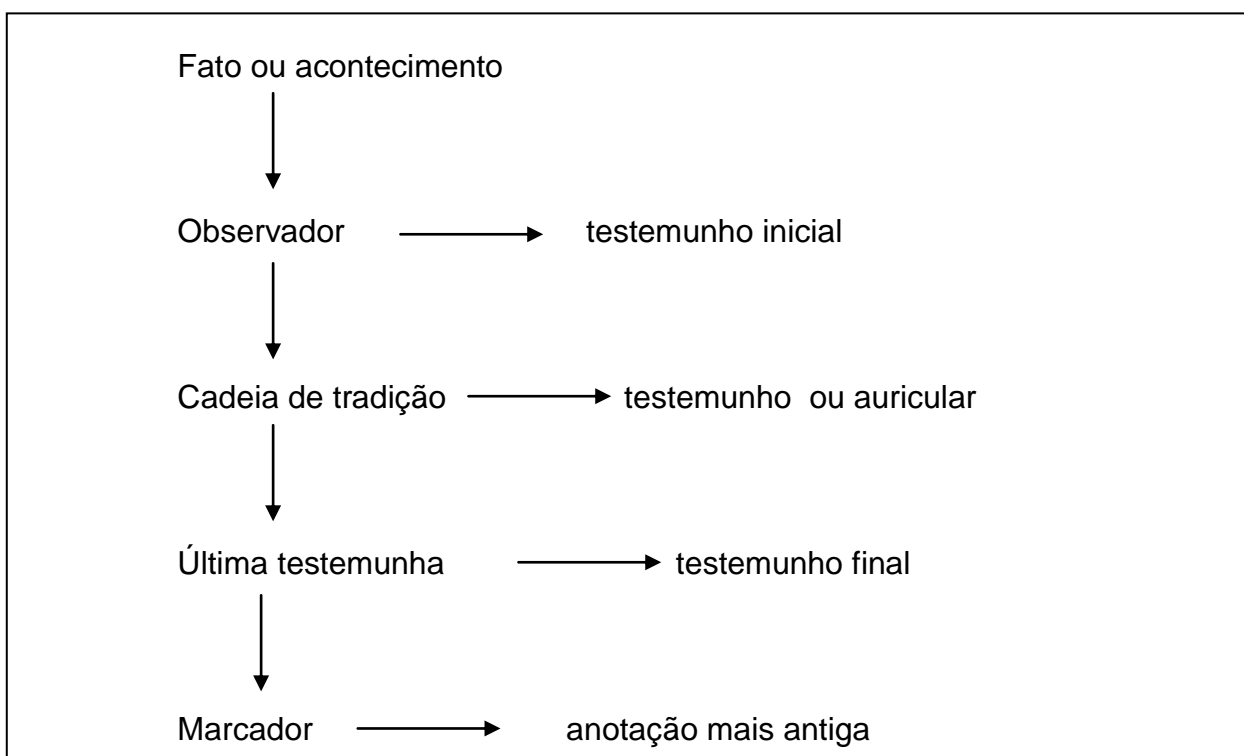
Assim sendo, afirma Jan Vansina (1969), a tradição oral tem a característica específica de transmissão verbal. Essa transmissão dá-se através de uma cadeia de testemunhos. Para entender-se melhor esta cadeia, Vansina sugere a observância de três pontos: a relação entre o testemunho e a tradição, os modos de transmissão e as alterações específicas na sucessão dos testemunhos.

De acordo com Vansina (1969) a tradição oral só engloba o que foi ouvido, narrado — em relação ao passado — e não a visualidade. Isto implica em dizer que os testemunhos falados e cantados são levados em conta, contudo, os oculares embora sejam ditos oralmente, não são de domínio da tradição oral.

Os testemunhos narrados podem servir de fonte de conhecimento do passado, segundo Jan Vansina, mas nem sempre o narrador possui

conscientemente esta intenção. Por isso, o testemunho não precisa necessariamente ter um objeto histórico, vez por outra, de uma declaração feita por uma pessoa a respeito de acontecimentos particulares, obtém-se mais atenção à história.

A relação entre o fato observado, o acontecimento e o testemunho — ou a anotação — da tradição oral é representada por Jan Vansina (1969, p.35) através do seguinte esquema:



A definição proposta da descrição da sequência da tradição oral, revela sua principal característica: a transmissão verbal.

Lança-se então uma pergunta, que vai do absurdo ao imaginável: sendo Moçambique um país no qual a escrita não se faz presente no meio rural — que é o maior responsável pela transmissão oral — a literatura de Mia Couto e Paulina Chiziane, portadora do registro desta oralidade (ainda que de maneira fictícia) pode ser considerada um marcador? Ou seja, uma das anotações mais antigas?

Esta é uma questão que pode ser desdobrada futuramente em outra reflexão teórica. Aqui, resta a afirmação de que na literatura escrita por estes autores existe fortemente a presença da transmissão oral e da oralidade. A

transmissão através dos anciãos que repassam seus conhecimentos e a oralidade conferida no ritmo e na forma de escrever.

A linguagem, seja o registro escrito ou oral, é a forma de revisitar os eventos traumáticos e é essencial para remexer na experiência intransmissível, aquela que precisa ser dita, porém necessita de um enorme esforço para ser trazida à tona. Na construção de uma narrativa de teor testemunhal, a testemunha busca em sua memória os vestígios do trauma para narrar de maneira verossímil o acontecimento. É necessário construir uma narrativa coerente, a qual advém de uma memória da tragédia e é revivida no ato da narração.

Para Agamben (2008) o testemunho verdadeiro não é aquele relatado pelos que sobreviveram a um evento traumático, mas por aqueles que experimentaram a dor da tragédia na sua totalidade. Somente estes seriam testemunhas de um relato completo. No entanto, inexiste tal possibilidade, restando aos que sobreviveram ao trauma o testemunho: “Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta (AGAMBEN, 2008, p. 43).

De acordo com o pensamento de Agamben, o termo *testis* denominaria o primeiro tipo de testemunha, a qual se enquadra como terceira pessoa, aquela que presencia algo do qual não faz parte. Um segundo tipo de testemunha, *superstes*, seria aquela que vivenciou o evento traumático até o seu final, e por isso teria a autoridade do testemunho. Estes dois sujeitos testemunham, no entanto o *testis* seria um testemunho neutro, enquanto que o *superstes* é alguém que carrega sua experiência, já que esteve envolvido no processo, e assim não é imparcial. “Em última análise, não é o julgamento que lhe importa – menos ainda o perdão” (AGAMBEN, 2008, p. 27). Assim, narrar é essencial, converte-se em uma forma de libertar o narrador de seu sofrimento, refazendo surgir esperanças e novas expectativas.

### **1.2.3.1 LEMBRAR E ESQUECER**

“É através da sintaxe do esquecer — ou do ser obrigado a esquecer — que a identificação problemática de um povo nacional se torna visível” BHABHA (apud CRIS GUTKOSKY, 2006, p.95). Os usos do esquecimento, de

acordo com Loraux (1998), possuem cunho político. O não esquecer também pode trazer problemas: ressentimentos, negação. Pode ser, de acordo com a autora, eternizar um conflito ou desgraça.

Ainda no campo da política, Pollack (1989) afirma que se pode dizer que a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Portanto, o recriar uma identidade, nestes países fragilizados em consequência de conflitos, é fazer uso da memória para fortalecer a coesão interna do Estado, tencionando transformá-lo em uma nação.

Alguns conceitos, como o de patrimônio, afirmam Funari e Pelegrini, não surgem no âmbito privado, mas no de todo um povo, com uma única origem e território. A memória, contudo, pode tanto percorrer este caminho quanto o inverso. A obra de Mia Couto, *Antes de nascer o mundo* (2009), por exemplo fala da utópica possibilidade de apagar o que ficou no passado. Este romance traz reflexões sobre a impossibilidade de renascer-se do zero e da absoluta negação do que já se foi. Carregar um passado “pesado” não é motivo para negá-lo; deve-se renascer das cinzas e das frustrações, mas ainda carregar a esperança de mudar o mundo. A essência, a história das comunidades de Moçambique, está presente nessa obra que visa com que as origens não sejam rechaçadas e, mais ainda, que não se mantenham isoladas nas zonas do interior do país. Não se quer mais aquela memória do povo, mas sim memórias novas, surgidas não só no âmbito privado de uma família, mas de uma nova nação, digna só dos cinco habitantes de Jerusalém.

Em se falando de lembranças, é necessário saber que, segundo Halbwachs (1990), ainda que estejamos rememorando um acontecimento individual, em que estivemos sozinhos, nossa lembrança permanece coletiva. O autor afirma que, na realidade, nunca estamos só. A teia das lembranças é tecida através da nossa experiência e da intervenção que quaisquer outras pessoas façam — ou deixem de fazer — em relação a ela.

A memória individual, de acordo com Halbwachs, não se basta. Ela tem necessidade de apoiar-se na de outrem. Precisa-se reconstruir uma lembrança a partir de dados ou noções comuns. Só assim, a recordação pode

ser reconstruída e reconhecida como tal. A lembrança, só existe se existe sociabilidade. De acordo com o autor, por esse motivo não somos capazes de recordar lembranças remotas de nossa infância, pois ainda não somos um ser social. Não existiria, portanto, uma memória estritamente individual. Os atos, pensamentos, de um indivíduo estão pautados pelas regras da sociedade, por isso esta intervém na memória individual.

A memória coletiva, portanto, é possível, porém, cada indivíduo imprime nela seu próprio estilo, sua interpretação. De acordo com Candau, (2002) a memória coletiva é mais do que a soma dos esquecimentos e recordações, é o resultado de uma elaboração individual, daquilo que se tem em comum e daquilo que se precisa esquecer.

Candau, em seu texto, *Antropologia da memória*, cita Halbwachs para teorizar que *marcos coletivos* ou *marcos sociais de memória* são mais convincentes do que o termo memória coletiva. Halbwachs (apud CANDAU, 2002, p.65), no seu texto “Lês cadres sociaux de la mémoire”, afirma que:

Não existe memória fora dos marcos que os homens utilizam para viver em sociedade, para fixar e encontrar suas lembranças. Estes marcos não são somente um envolto para a memória, eles mesmos integram antigas recordações que orientam a construção dos novos. Quando eles são destruídos, ou simplesmente se modificam, os modos de memorizar da sociedade também se alteram para poderem adaptar-se aos novos marcos sociais que se instauraram. (HALBWACHS apud CANDAU, 2002, p.65)

Em outras obras literárias, que não a do africano Mia Couto, também nota-se a relação com a memória. Na obra clássica *Cem anos de solidão*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, conta-se a história de um vilarejo, Macondo, o qual fora acometido por diversas pragas. Uma delas era a praga do esquecimento, um tipo contagioso de amnésia.

[...] o mais temível da doença da insônia não era a impossibilidade de dormir, pois o corpo não sentia cansaço nenhum, mas sim a inexorável evolução para uma manifestação mais crítica: o esquecimento. Queria dizer que quando o doente se acostumava ao seu estado de vigília, começavam a apagar-se da sua memória as lembranças da infância, em seguida o nome e a noção das coisas, e por último a identidade das pessoas e ainda a consciência



do próprio ser. Até se afundar numa idiotice sem passado.  
(MARQUEZ, 1995,p.47-48)

Assim que a praga estava prestes a instalar-se, conforme uma premonição anunciada, reuniram-se os chefes de família para pensar em uma estratégia contra a praga. O antídoto, pensaram, eram as palavras.

Quando seu pai lhe comunicou o seu pavor por ter-se esquecido até dos fatos mais impressionantes de sua infância, Aureliano lhe explicou o seu método, e José Arcadio o pôs em prática para toda a casa e mais tarde o impôs a todo o povoado. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com o seu nome: mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela. Foi ao curral e marcou os animais e as plantas: vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira. Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas pelas suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaço da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: Esta é a vaca, tem-se que ordenhá-la todas as manhãs para que produza o leite e o leite é preciso ferver para misturá-lo com o café e fazer café com leite. Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia, momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita.

Na entrada do caminho do pântano, puseram um cartaz que dizia Macondo e outro maior na rua central que dizia Deus existe. Em todas as casas haviam escrito lembretes para memorizar os objetos e os sentimentos. Mas o sistema exigia tanta vigilância e tanta fortaleza moral que muitos sucumbiram ao feitiço de uma realidade imaginária, inventada por eles mesmos, que acabava por ser menos prática, porém mais reconfortante.  
(MARQUEZ,1995,p.50-51)

Tornar-se-ia interessante notar a sobreposição do coletivo ao individual, as informações mais básicas tornaram-se memórias. Neste caso, foram registradas para serem compartilhadas. A memória mais enfatizada, colocada na rua principal em grande letreiro de aviso, era: "Deus existe". As palavras e memórias anotadas com intuito de remeter aos significados não eram somente funcionais enquanto suporte para recordar, falavam também

sobre o povoado de Macondo, como eram enquanto sociedade e em como acreditavam no mundo.

O esquecimento na obra de Mia Couto e Chiziane aparece ligado à obrigação de esquecer. É necessário inventar uma memória para construir uma identidade e esquecer fatos traumáticos. Os africanos inventam novas fórmulas culturais — como a literatura — capazes de permitir a preservação da sua identidade, tradições e mitos, sem, entretanto, recusar a dinâmica da mudança.

Quando um país passa por conflitos como guerras, ditaduras, massacres, e estes acabam por destruir o todo que forma uma nação, é comum que se busquem alternativas para reconstruir essa identidade esfacelada. Têm-se muitos exemplos de povos que tiveram que passar por esse processo de reconstrução identitário.

Segundo Dejan Dimitrijevic (2004), a guerra e o rompimento da Federação Iugoslava fizeram com que se precisasse procurar por uma nova definição para a identidade dos muçulmanos da Bósnia. Por esta razão, seus habitantes careciam uma identidade que remetesse a autonomia, resistência. Assim, a medida adotada fora resgatar a identidade de um grupo que, até então, era rechaçado: os Bogomilos. Os Bogomilos faziam parte de uma seita, cujos membros foram perseguidos e dizimados, contudo, tiveram forte apelo popular. Sendo assim, devido às perseguições, tornaram-se sinônimo de resistência, e, por esta razão, os ex-iugoslavos trouxeram novamente à luz sua cultura, recuperando elementos culturais que antes não valorizavam, ou seja, inventaram uma nova identidade calcada naquela que eles antes desprezavam.

Aparece, então, a pergunta: o que lembrar e esquecer?

Von Simpson (2008) diz que a memória coletiva é aquela memória difundida na escola. Porém, existe outra memória — a subterrânea, ou marginal — que é a dos grupos dominados, aqueles que, via de regra, não têm sua memória registrada. A autora afirma que o papel do pesquisador é fazer a ponte entre a memória subterrânea e a coletiva.

De fato, a memória elegida para ser transmitida, explorada, vista, é a memória coletiva. Regine Robin (2000) trata da questão recuperando alguns casos, nos quais determinadas memórias que não eram privilegiadas obtiveram espaço. Robin cita que tal evento ocorreu na discussão sobre o discurso

tradicional acerca da fundação dos EUA. A memória de muitos grupos não dominantes, — mulheres, negros, ameríndios — antes desconsiderada, é trazida à tona.

Outro caso explicitado por Robin (2000) é a forma como os alemães coletivamente recordam do seu passado nazista e da sua responsabilidade na exterminação de cerca de seis milhões de judeus. A autora diz que a memória coletiva tem refletido muito o sentimento de culpa. Por essa razão existe um bloqueio da geração que viveu esta guerra, pois, esta precisa de muito tempo para poder falar sobre o acontecido, sobre o trauma. Assim, segundo Huysen (2000), a forma encontrada pelo governo alemão fora a redenção pela memória, ou seja, a construção de uma série de monumentos rememorando etnias ou fatos.

Paul Ricoeur (1997) profere que, também versando sobre a Alemanha, não se trata de recordações de ordem privada. Sendo assim, a memória coletiva é o verdadeiro lugar da humilhação, da reivindicação, da culpabilidade, das celebrações, portanto, tanto da veneração quanto da exarcebação. Desta forma, os monumentos erigidos na Alemanha são em resposta à memória dominada. O autor trabalha com a idéia de que história e memória coletiva estão sempre dialogando.

A memória exerce duas funções: assegura a continuidade temporal, permitindo deslocar-nos sobre o eixo do tempo; permite reconhecer-se e dizer *eu, meu*. A história, por seu turno, fornece algo diferente de pertencer ao mesmo campo de consciência temporal, em virtude do recurso que faz a documentos conservados num suporte material: é isso que lhe permite contar de outro modo, contar a partir do ponto de vista dos outros. (RICOEUR, 1987, p.171)

Fica claro que se tem o dever de memória, ou seja, reivindicar o passado, a memória nacional dos povos massacrados. Manter a memória é não deixá-la enfraquecer, não permitir que as atrocidades sejam esquecidas. Lembrar para que isso não mais ocorra? É uma teoria que vários autores questionam. O fato é que tanto o esquecimento quanto à saturação da memória são o não explorar das diversas possibilidades que existem neste entremeio.

Fala-se aqui em saturação da memória pois, na atualidade, nota-se uma grande preocupação em registrá-la. Além disso, trazer para o presente o passado, através de políticas de “resgate”, tornou-se o foco de muitos projetos, museus, instituições e obras literárias. Grifa-se a palavra resgate, trazendo uma concepção exposta por Von Simpson (2008), que tal termo carrega a ideia de apenas se trazer o passado para o presente, não reconstruí-lo.

Desta forma, a reconstrução do passado, da maneira que está sendo trabalhada na contemporaneidade, como afirma Andréas Huyssen(2000), traz uma saturação da memória. Huyssen trabalha com os conceitos de Henri Pierre Jeudy, o qual teoriza que não se preserva a memória, pois ela é mutável, constante, fluida, precisa sempre trazer ressignificações, senão perde o sentido.

Andréas Huyssen, em seu texto *Seduzidos pela memória* (2000), problematiza que não se pensava no passado com valor porque não havia a possibilidade tão presente e constante do seu desaparecimento. Hoje, contudo, o ritmo é mais acelerado, por isso a preocupação em fazer lembrar.

## 2 MOÇAMBIQUE E SUA HISTORIOGRAFIA

Para que melhor se possa compreender a denúncia que a narrativa moçambicana representa, é necessário o conhecimento da origem do trauma que é o tema gerador das narrativas de que se ocupam este trabalho. A guerra que se instala em Moçambique é um conflito que possui dos momentos: a guerra da revolução, ou seja, a luta contra o colonizador; e a guerra da desilusão, o conflito interno moçambicano pela reivindicação do poder. Assim, discorreremos sobre a história moçambicana desde o processo de colonização até o panorama atual.

Quando um país passa por conflitos como guerras, ditaduras, massacres, e estes acabam por destruir o todo que forma uma nação, é comum que se busquem alternativas para reconstruir essa identidade esfacelada. Há muitos exemplos de povos que tiveram que passar por esse processo de reconstrução identitário.

Segundo Dejan Dimitrijevic (2004) no texto intitulado “*Inventer une mémoire pour construire une identité*”<sup>1</sup>, a guerra e o rompimento da Federação iugoslava fizeram com que fosse preciso procurar por uma nova definição para a identidade dos muçulmanos da Bósnia. Por esta razão, seus habitantes careciam de uma identidade que remetesse à autonomia, resistência. Assim, a medida adotada fora resgatar a identidade de um grupo que, até então, era rechaçado: os Bogomilos. Os Bogomilos faziam parte de uma seita, cujos membros foram perseguidos e dizimados, contudo, tiveram forte apelo popular. Sendo assim, devido às perseguições, tornaram-se sinônimo de resistência, e, por esta razão, os ex-iugoslavos trouxeram novamente à luz sua cultura, recuperando elementos culturais que antes não valorizavam, ou seja, inventaram uma nova identidade calcada naquela que eles antes desprezavam.

A literatura em Moçambique possui este caráter de resistência. Segundo Alfredo Bosi (2002) o sentido mais profundo de resistência indica a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir seria opor a própria energia à energia alheia. Desta forma, diz-nos que o ato de escrever as narrativas não nasceria apenas da força de vontade, esta viria

---

<sup>1</sup> Inventar uma memória para construir uma identidade

depois. Primeiramente, esta arte teria a ver com as potências do conhecimento: intuição, imaginação, percepção e memória.

Bosi, quando alia resistência à narrativa, afirma que esta se realiza de duas maneiras: a) a resistência como tema, b) a resistência como processo inerente à escrita. No entanto, uma necessariamente não se exclui a outra.

Os narradores lutariam contra a trama social movidos por valores. Estes valores são o objetivo da ação e também o começo dela, sua motivação. Além disso, não basta proclamar seus valores, é preciso combater os respectivos antivalores.

Em Moçambique, um dos mais importantes poetas a proclamar seus valores e lutar através das palavras fora José Craveirinha:

Depoimento autobiográfico  
Janeiro de 1977:

Nasci a primeira vez em 28 de Maio de 1922. Isto num domingo. Chamaram-me Sontinho, diminutivo de Sonto. Pela parte da minha mãe, claro. Por parte do meu pai fiquei José.

Aonde? Na Av.do Zichacha entre o Alto Maé e como quem vai para o Xipamanine.

Bairros de quem? Bairros de pobres.

Nasci a segunda vez quando me fizeram descobrir que era mulato. A seguir fui nascendo à medida das circunstâncias impostas pelos outros. Quando o meu pai foi de vez, tive outro pai: o seu irmão. E a partir de cada nascimento eu tinha a felicidade de ver um problema a menos e um dilema a mais. Por isso, muito cedo, a terra natal em termos de Pátria e de opção. Quando a minha mãe foi de vez, outra mãe: Moçambique.

A opção por causa do meu pai branco e da minha mãe negra.

Nasci ainda mais uma vez no jornal "O Brado Africano". No mesmo em que também nasceram Rui de Noronha e Noemia de Sousa<sup>22</sup>. Muito desporto marcou-me o corpo e o espírito. Esforço, competição, vitória e derrota, sacrifício até à exaustão.

Temperado por tudo isso.

Talvez por causa do meu pai, mais agnóstico do que ateu. Talvez por causa do meu pai, encontrando no Amor a sublimação de tudo. Mesmo da Pátria. Ou antes: principalmente da Pátria. Por causa da minha mãe só resignação.

Uma luta incessante comigo próprio. Autodidacta.

Minha grande aventura: ser pai. Depois eu casado. Mas casado quando quis. E como quis.

Escrever poemas, o meu refúgio, o meu país também. Uma necessidade angustiada e urgente de ser cidadão desse país, muitas vezes altas horas da noite. (CRAVEIRINHA, 1977)

---

<sup>22</sup> Autora de uma das primeiras obras em Moçambique por uma literatura nacional, em 1951, intitulada *Sangue Negro*, composto por poemas (livro policopiado)

José Craveirinha devido às suas atividades políticas esteve preso pela PIDE (Polícia política portuguesa, cuja sigla significa: Política Internacional de Defesa do Estado) de 1965 a 1969. Foi o primeiro Presidente da AEMO - Associação dos Escritores Moçambicanos— e atualmente é considerado um dos maiores poetas africanos. Em sua obra, enraizada, a resistência emerge como temática:

Aforismo

Havia uma formiga  
Compartilhando comigo o isolamento  
e comendo juntos.

Estávamos iguais  
com duas diferenças:

Não era interrogada  
E por descuido podiam pisá-la.

Mas aos dois intencionalmente  
Podiam pôr-nos de rastos  
mas não podiam  
ajoelhar-nos. (CRAVEIRINHA, 1968)

Outra questão envolvendo literatura e resistência possui relação com o idioma português. É fato que para que esta literatura de Moçambique ganhe evidência é necessário que ela utilize como código uma língua amplamente difundida, ou seja, não se adequariam os dialetos moçambicanos. Assim sendo surge a questão: utilizar-se ou não da língua imposta pelo colonizador?

Russel Hamilton (1999) discute esta questão em um artigo intitulado “*A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial*”. O primeiro desdobramento surge trazendo à tona o porquê de sendo Angola e Moçambique países libertos ainda utilizavam o idioma do colonizador. A isso, dois escritores respondem. José Luandino, angolano, argumentando que a língua era “um troféu de guerra”, pois milhares de angolanos morreram lutando por ela; e Luís Bernardo Honwana, moçambicano, que afirma “o português também é nosso”, defendendo a língua como oficial do país.

Segue a problemática teorizada por Hamilton quando avança um ponto bastante debatido no meio acadêmico: seria essa literatura autenticamente africana, ainda que escrita em uma língua não africana? A isso o autor dá a

resposta positiva e ainda rebate a questão: em que consistiria tal autenticidade? Em África, assim como no Brasil, ex colônias europeias, o idioma já está adaptado à visão de mundo dos habitantes destes novos países.

Mia Couto afirma que a poesia foi uma escola de desobediência, de transgressão:

O português de Moçambique, sendo o mesmo do de Portugal, não fala àquela cultura. Senti desde sempre a necessidade de desarranjar aquela norma gramatical, para deixar passar aquilo que era a luz de Moçambique, uma cultura de raiz africana. A descoberta dos escritores brasileiros foi uma felicidade imensa para mim, pois eles já estavam fazendo isso: usando a língua portuguesa, mas com uma outra marca cultural. (COUTO apud FURTADO, 2009)

## 2.1 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO AFRICANO

De acordo com Visentini (2007), embora a maior parte dos povos africanos estivessem organizados em reinos independentes, não estavam isolados do mundo exterior. Antes mesmo da chegada de traficantes de escravos europeus, no século XIV, os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo. Desta forma, antes mesmo das grandes navegações europeias o litoral do continente africano já era conhecido dos europeus. Os primeiros contatos teriam surgido por intermédio dos muçulmanos, que realizavam trocas de mercadorias.

O que possibilitou esse intercâmbio de mercadorias por parte dos muçulmanos foi a descoberta de ouro em algumas regiões já conquistadas por eles na África, como o Sudão. Assim, mais do que pensar que as navegações foram de cunho expansionista no que tange a território, deve-se saber que os motivos que trouxeram os europeus à costa africana foram resultantes do poderio da civilização islâmica no Mediterrâneo, ou seja, no norte da África, nas regiões periféricas do sul da Europa e em todo Oriente próximo.

Aliado a isso, surgia então a fase primeira do expansionismo europeu, visando também a necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados consumidores. A ocupação territorial africana e os processos de exploração econômica e política por potências europeias teve início no



século XV, alargando assim os horizontes geográficos, resultantes do contato com os povos muçulmanos e da aquisição de novas tecnologias, como a bússola, compasso e conhecimento astronômico que permitiam criar novas representações do mundo.

Assim, segundo Visentini (2007) o sucesso do colonizador deveu-se a sua capacidade de sistematizar o conhecimento, permitindo assim à Europa Meridional, e não ao mundo islâmico, a capitalização desses conhecimentos. Florescia a partir daí um comércio no qual a Europa provia madeira e objetos de metal trocando-os por artigos de luxo fornecidos pelos mercadores muçulmanos, tais como: perfumes, tecidos finos, marfim, ouro, entre outros.

Conforme Leila Hernandez (2008), a dominação efetiva da Europa, depois de estabelecidas as regras no Congresso de Berlim, 1884/85, para a partilha da África — reconhecendo a supremacia de potências europeias — deu-se através de conflitos armados. A conferência de Berlim ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885. Reuniu: França, Grã Bretanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Países Baixos, Dinamarca, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos da América.

De acordo com Hernandez (2008), seis pontos fundamentais foram formalizados em capítulos, e os principais objetivos eram assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os dois principais rios africanos que deságuam no Atlântico, o Níger e o Congo. Visava também regulamentar as novas ocupações de territórios africanos, em particular da costa ocidental do continente.

A partir da conferência de Berlim a corrida ao continente africano foi acelerada, num gesto de violência geográfica, por meio da qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa a ser explorado e submetido a controle:

Após a conferência, os beneficiários tratam de impor a sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente africano, transformando em objeto do imperialismo. Para isso, usavam os mesmos argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciaram-se as guerras de conquista e a dependência econômica do continente às economias industriais das potências europeias. (VISENTINI, 2007, p.61)

A superioridade em armamentos e meios de locomoção proporcionados pelas novas tecnologias da época fez com que a resistência africana fosse dizimada. Outrossim, Hernandez (2008) afirma que a conferência de Berlim foi o grande marco na expansão do processo que ela denomina “roedura” do continente, que iniciou por volta de 1430, com a entrada portuguesa na África:

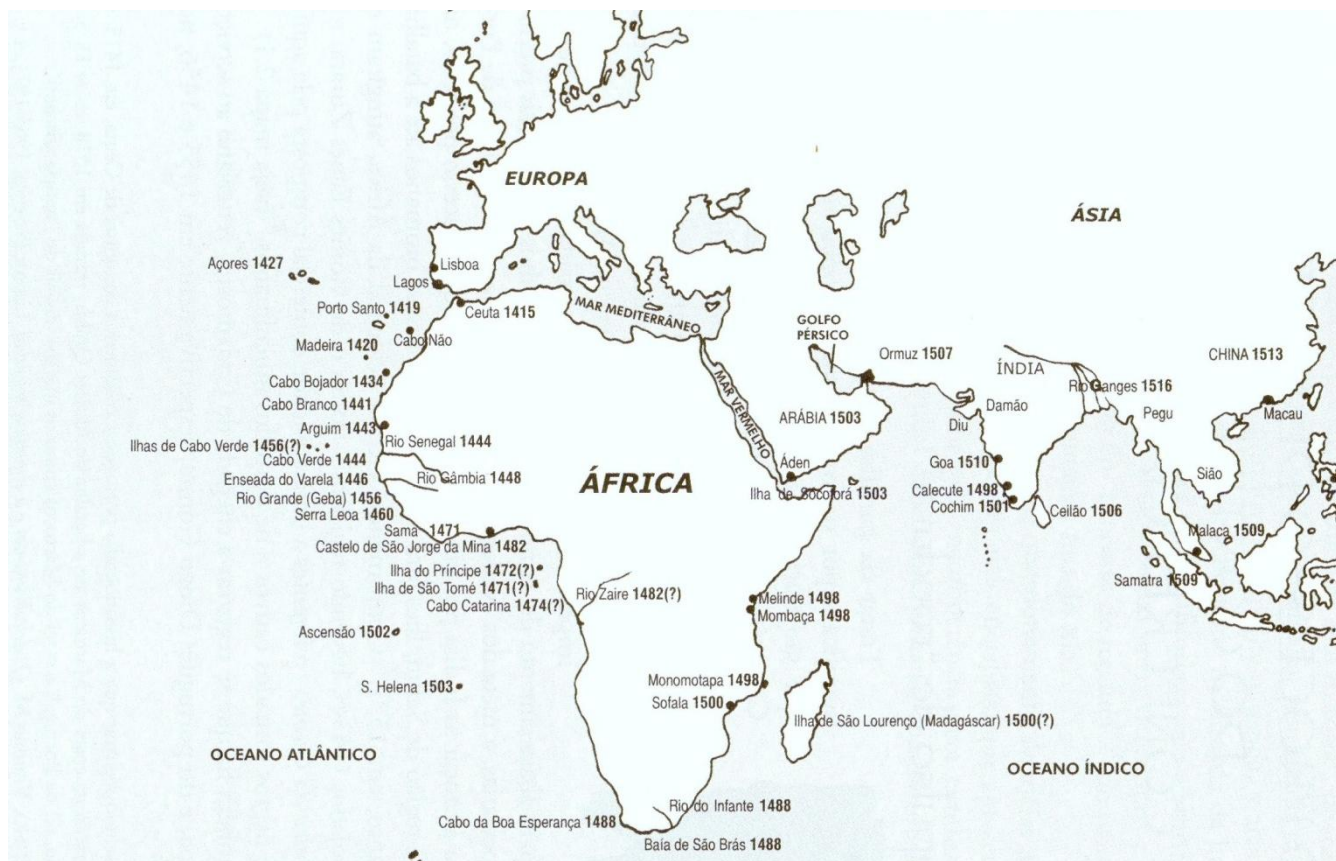


Figura 1: o processo de roedura do continente africano (Hernandez, 2008, p.46)

Pode-se perceber, observando o mapa a seguir, como a partilha do continente africano configurou-se:

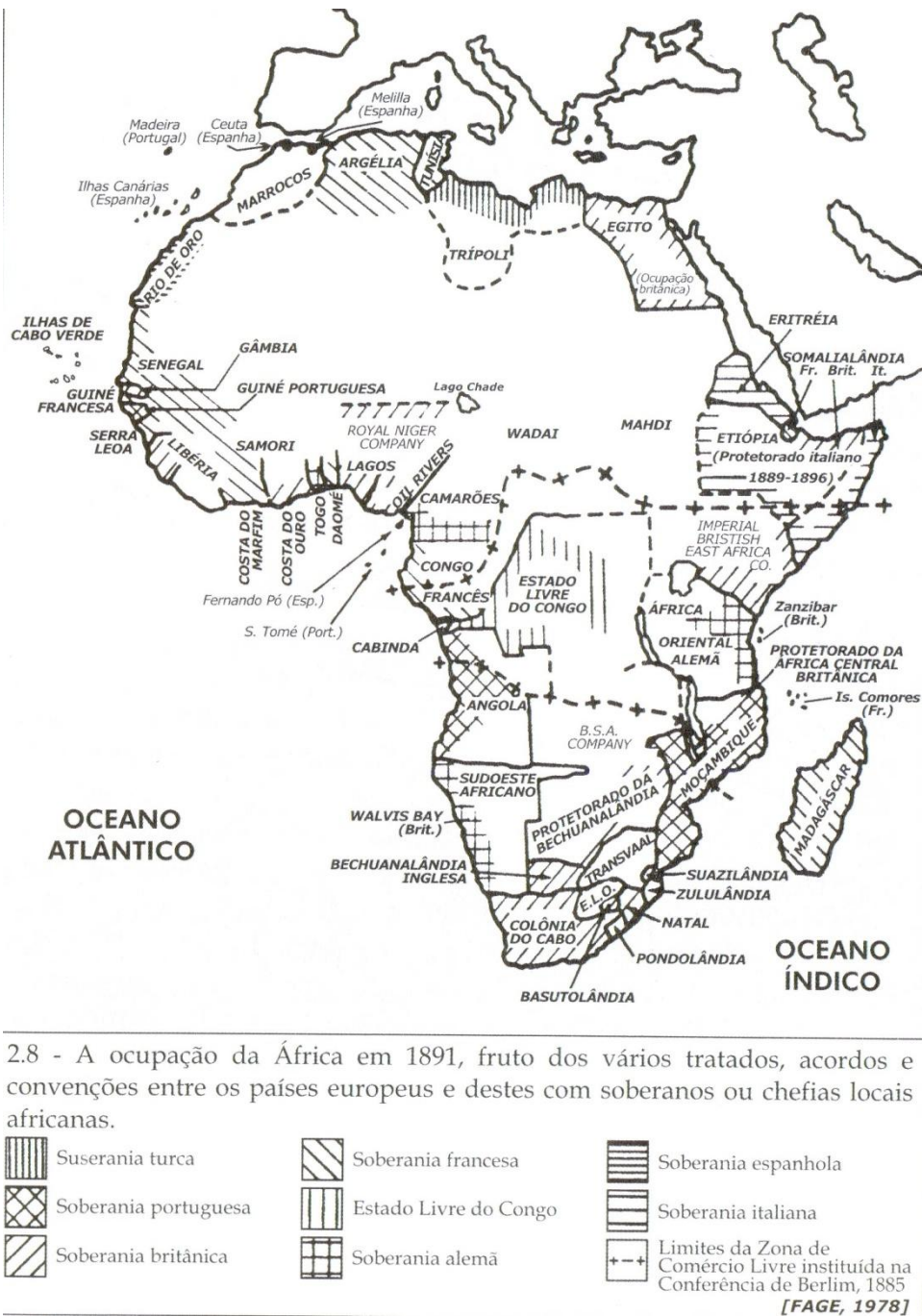


Figura 2: a ocupação da África (Hernandez, 2008, p.66)

A demarcação das fronteiras —artificiais— em África prosseguiu, estendendo-se até depois da Primeira Grande Guerra. Nota-se, através da datação dos mapas, a rapidez com que as zonas que ainda não haviam sido delimitadas foram ocupadas. Pouco mais de dez anos depois o “novo” mapa da dominação estava traçado:

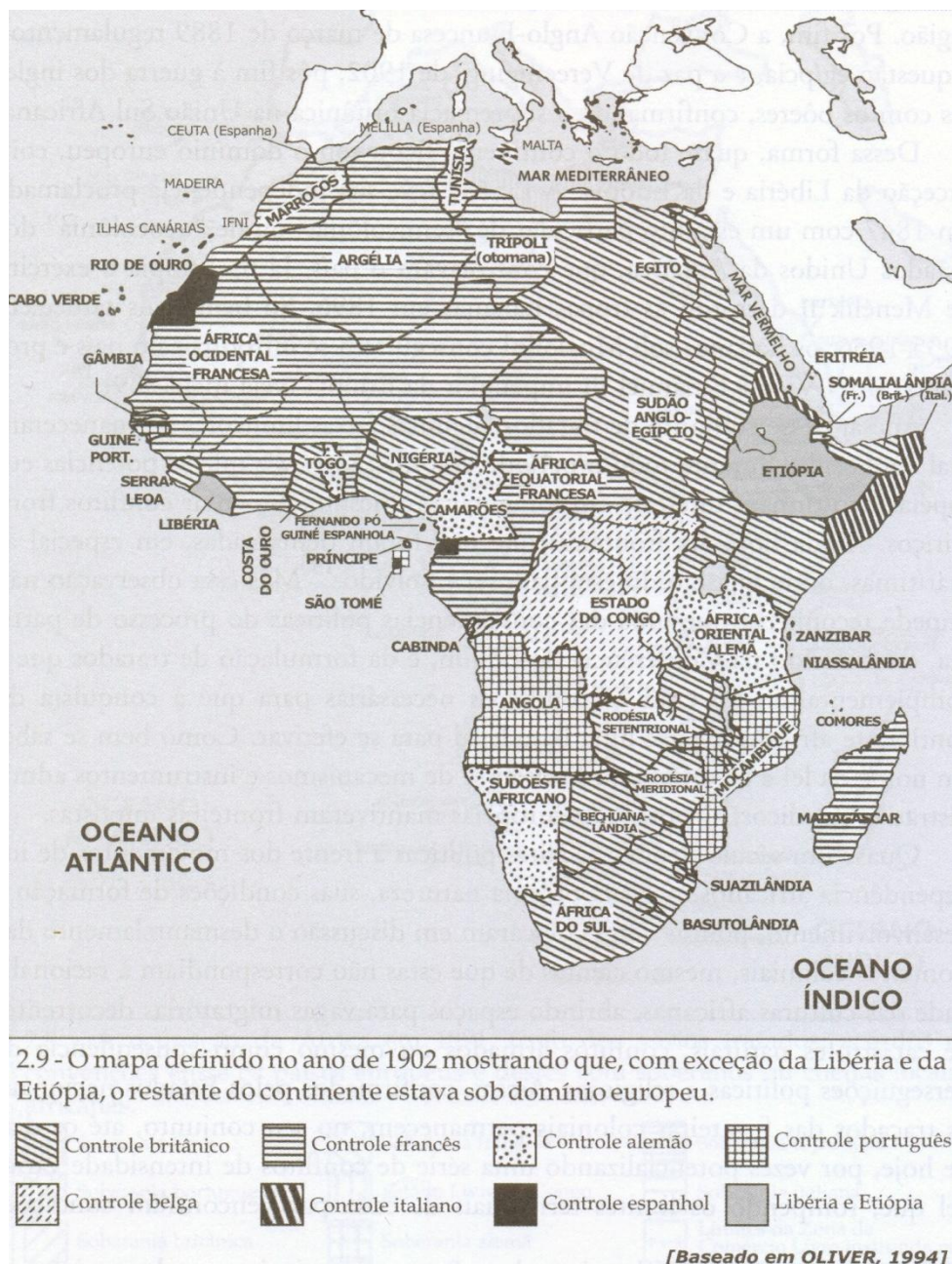


Figura 3: dominação europeia do continente Africano, 1902 (Hernandez, 2008, p.68)

No século XVII, conforme Visentini (2007), os portugueses, depois de estabelecidos, exploraram de maneira devastadora o tráfico negreiro, sendo a escravidão dos africanos e de seus descendentes uma das mais significativas. Para o Brasil, por exemplo, eram enviados milhões de escravos, principalmente vindos da Guiné, Angola e Moçambique. Estima-se que cerca de 10 milhões de africanos foram levados do seu continente pelo tráfico do atlântico. Sob o ponto

de vista econômico, foi um dos maiores empreendimentos comerciais do mundo.

A invasão do território africano teve, além da força bruta, a dominação ideológica. A justificativa que legitimava o controle exercido pela metrópole dava-se através de um conjunto de ideologias imperialistas que ditavam a supremacia, superioridade e direito de dominação dos europeus, com a consequente subordinação e exploração dos africanos.

Já no início do século XX, nota-se a discrepância entre o tamanho das metrópoles e o poder por elas exercido, e as terras africanas de posse europeia:

IMPÉRIOS EUROPEUS NA ÁFRICA:  
INÍCIO DO SÉCULO XX

Britânico: 9 milhões km <sup>2</sup>	30 vezes maior que a metrópole Aproximadamente 50 milhões hab. 5,5 hab. km <sup>2</sup>
Francês: 9 milhões km <sup>2</sup>	17 vezes maior que a metrópole Aproximadamente 40 milhões hab. 4,4 hab. km <sup>2</sup>
Alemão: quase 3 milhões km <sup>2</sup>	5 vezes maior que a metrópole 10-15 milhões hab. 3-5 hab. km <sup>2</sup>
Italiano: 1,6 milhão km <sup>2</sup>	5,3 vezes maior que a metrópole 1,3 milhão hab. 0,81 hab. km <sup>2</sup>
Belga: 2,3 milhões km <sup>2</sup>	100 vezes maior que a metrópole 20 milhões hab. 8,7 hab. km <sup>2</sup>
Português: 2,3 milhões km <sup>2</sup>	2,5 vezes maior que a metrópole 8-9 milhões hab. 3,5 – 4,1 hab. km <sup>2</sup>
Espanhol: 400 mil km <sup>2</sup>	Aproximadamente 1 milhão hab. 2,5 hab. km <sup>2</sup>

**Figura 4: impérios europeus na África (Visentini, 2007, p.77)**

Segundo Visentini (2007), a colônia era constituída por áreas conquistadas e organizadas conforme o direito de conquista, a população era administrada pelo império e a metrópole podia realizar estruturas e

reestruturações territoriais ao seu bel prazer. O controle, as punições e o lugar reservado a cada um naquela sociedade eram determinados pelo colonizador. A exploração de todo e qualquer recurso daquela terra servia a benefícios dos senhores do império.

De acordo com Hernandez (2008), agrupando diferentes tribos em um mesmo local, não respeitando suas diferenças étnico-religiosas, os portugueses iniciaram o desmantelamento da identidade dos povos africanos e acentuaram ainda mais os conflitos entre tribos inimigas, explicando assim o porquê de — pós independência — eclodirem violentos e intermináveis conflitos civis internos.

Moçambique carrega em si as marcas desta imposição da cultura do colonizador e a atual tentativa da reconstrução de suas origens.

## **2.2 INDEPENDÊNCIA MOÇAMBICANA**

No final do séc. XV, segundo Hernandez (2008), há uma penetração mercantil portuguesa na África propiciada principalmente pela demanda de ouro destinado à aquisição das especiarias asiáticas. No entanto, com o tempo os portugueses não quiseram mais apenas dominar a rota do ouro, mas sim dominar o acesso às zonas produtoras.

A ocupação colonial não foi pacífica. Os moçambicanos impuseram sempre lutas de resistência, dando-se a denominada “pacificação” de Moçambique pelos portugueses só no séc. XX.

Moçambique, desde o início da colonização portuguesa, possui histórico de resistência. Conforme Perry Anderson (1966), o trabalho nas colônias portuguesas alheias à economia de subsistência estava dividido em quatro categorias: correcional, obrigatório, contratado e voluntário.

Correcional: tratava-se de uma pena infligida aos africanos que violassem os códigos penais ou laborais. Podia ser ainda aplicado aos moçambicanos que não pagassem os impostos *per capita* a que todos nativos estavam sujeitos.

Obrigatório: era imposto pelo governo, usado principalmente na construção de estradas de ferro, obras de saneamento, construção e

conservação de rodovias. A priori, estavam isentos deste trabalho os menores de quatorze anos, idosos, chefes tribais e mulheres. No entanto, era frequente ver-se a convocação de mulheres (com bebês às costas, grávidas) e crianças pequenas trabalhando com ferramentas primitivas nas estradas e, além disso, transportando baldes de madeira à cabeça.

Trabalho contratado: fora publicada em Moçambique em 1945 uma circular ditando que os africanos não eram “indolentes” ou “vagabundos” e por essa razão eram passíveis de trabalho contratado. Porém, segundo asserta Anderson (1966), para que houvesse essa contratação era necessário passar por um criterioso conjunto de provas de não vadiagem, as quais eram julgadas pelo governo. Sendo assim, cerca de 95% dos trabalhadores, maioria instalada no campo, não atendiam às solicitações. Além disso, o governo pressionava os chefes tribais para que forçassem os nativos a se engajar no trabalho forçado.

Trabalho voluntário: os trabalhadores são contratados direto pelo empregador, não via administração. A diferença deste e do contratado é que na maioria das vezes o empregado acabava por ficar na região onde vivia. As estimativas, segundo Harris (1958) (apud Anderson 1966) é que não houvesse em Moçambique nenhum empregado nas empresas agrícolas que não fosse Shibalo, isto é, trabalhador forçado. Ocorria que havia a constante ameaça de trabalho forçado por parte do governo e os homens terminavam por apresentar-se voluntariamente.

Houve ainda em Moçambique, especificamente, outros dois tipos de trabalho: o cultivo forçado, em que os africanos recebiam as sementes — principalmente de algodão, ao norte do país — devendo cultivá-las; e o trabalho emigrante, em que os moçambicanos eram enviados para as minas de ouro do Transvaal, em troca de desenvolver o tráfego marítimo na colônia.

Esta explanação serve para mostrar as condições desumanas sob as quais os moçambicanos pereciam no século XX. Iniciou-se então um processo de migração, em que trabalhadores moçambicanos fugiam clandestinamente do país. Segundo relatório publicado por Harris (1958) (apud Anderson 1966), englobando os anos de 1952-1954, somando os países do Sudão, Uganda, Quênia, Tanganica, Ruanda, Congo, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassalândia e Bechuanalândia, o total do número de emigrantes era muito grande. A maioria destes eram trabalhadores moçambicanos. O fugir, portanto,

era a forma de resistência encontrada. Os países elegidos pelos emigrantes de Moçambique eram: Zanzibar, União Sul Africana, Rodésia do Sul, Tanganica e Niassalândia.

Com a população, majoritariamente jovem e masculina, desertando de terras e lares, os territórios de Moçambique vão esvaziando-se. Instalou-se a decadência física da população, diminuiu a densidade demográfica e aumentou a mortalidade infantil.

De acordo Perry Anderson (1966) a situação acima descrita, em alguns aspectos, fora mais grave do que a criada pela escravatura. O domínio ultramarino português, segundo o autor, tem sido definido como “ultracolonialismo”, isto é a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo.

Como o processo de colonização foi marcado pela violência, pela dominação, não surpreende que os movimentos de resistência tenham se expandido. Em todo o continente o processo de descolonização da África francesa, da África britânica, da África portuguesa — e de impérios secundários como o belga e espanhol— deu-se através da luta armada que fora propulsionada por movimentos ideológicos.

Um destes movimentos, fora a *Negritude*. De acordo com Visentini (2007), a Negritude surgiu entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, de onde atingiu os estudantes das colônias africanas em Paris, tendo como ponto central a recuperação da identidade e da humanidade. Era um movimento literário e cultural com fortes implicações políticas e ideológicas. Extremamente radical, o movimento pregava que era necessário manter intocada a estrutura e cultura da África Negra pré-moderna. Esse “conservadorismo” acabou por gerar um apoio militante e a criação de uma entidade política continental, o que fora positivo. No entanto, terminou por ser um instrumento imobilizador pois de maneira contraproducente pregava uma teoria genética racista. A Negritude não alcançou a coesão que pretendia, apenas assegurou voz à elite de assimilados (termo que designava moçambicanos cujo comportamento era regido por normas portuguesas de conduta e saber), não contribuindo para um maior desenvolvimento continental.

Outro importante movimento, tal como diz Hernandez (2008), fora o Pan-africanismo. Assim como a Negritude, ele nasceu fora da África, originado



pelos escravos das colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos. Surge na passagem para o século XX. Inicialmente voltado para a promoção social e política dos negros na racista América, voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso social e político da África. O principal organizador deste movimento foi o sociólogo “afro-americano” William Edward Burghardt Dubois, que organizou os primeiros congressos Pan-Africanos. O movimento liderado por Dubois tinha como características iniciais a solidariedade, união, promoção cultural e social, as quais ao longo do tempo foram se politizando.

A negritude e o Pan-africanismo serviram de fomento para a luta pela libertação de Moçambique. Conforme Genro (1982) desde 1960 agrupamentos clandestinos já atuavam no país, lutando pela independência nacional e por uma sociedade mais justa. Em 1960 surge a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), fundada em Bulawayo, tendo como base os trabalhadores moçambicanos que viviam na Rodésia do Sul. Em julho de 1962 a UDENAMO une-se a duas outras organizações: a Mozambique African National Union (MANU), com Base na Tanganica, e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI), sediada na Niassilândia. As três formaram então o maior impulso rumo à independência, a FRELIMO (Frente de libertação de Moçambique). De acordo com Tarso Genro, o principal organizador desse movimento fora um doutor em literatura, Eduardo Mondlane, que, após formado em Harvard, retorna a sua terra natal como funcionário da ONU, e procura agrupar os diversos grupos revolucionários que lutavam pela mesma causa.

A FRELIMO, segundo Genro (1982), através de seus participantes no primeiro congresso, de fundação, traça como diretriz que a luta armada é a forma de libertar as terras e os homens de Moçambique, e garante aos seus apoiadores armas e um trabalho político aberto de propaganda da libertação do país.

De acordo com Hernandez (2008), a FRELIMO iniciou a luta armada em 1964 contra Portugal. Em fevereiro de 1969 Mondlane foi assassinado e sucedeu a ele, como comandante das forças militares, Samora Moisés Machel. Em 1974 perto de 80 mil soldados portugueses tinham atuado na luta armada, além de inúmeros soldados negros.

Durante todo o tempo de guerrilha, de acordo com Hernandez (2008), a FRELIMO manteve estreito contato com os movimentos de independência de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau. Com o passar do tempo Portugal passou a sofrer uma forte pressão das críticas numerosas da opinião pública ocidental e Moçambique fortaleceu-se ainda mais, com a criação do Movimento das Forças Armadas que, em 22 de julho de 1974, enviou a Lisboa uma mensagem com a recomendação de que fosse imediatamente reconhecida a FRELIMO como representante legítima do povo moçambicano e de seu direito à independência.

O Estado português em 7 de setembro de 1974, segundo Hernandez (2008), propõe um acordo que transferiria progressivamente os poderes do Estado português à FRELIMO. O acordo não fora aceito por parte de Moçambique e tal decisão fora decisiva para que o acordo de independência completa fosse assinado. No dia de aniversário de fundação da FRELIMO, isto é, em 25 de junho, do ano de 1975, fora oficializada a independência do povo moçambicano — depois de quase cinco séculos de subjugação à colonização portuguesa — e oficializado o cessar fogo.

### **2.3 PANORAMA ATUAL: MOÇAMBIQUE PÓS-COLONIAL**

Após a independência de Portugal a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) surge como dissidência da FRELIMO. A RENAMO opõe-se ao partido único existente em Moçambique e reage organizando um movimento armado que perdurou por 16 anos. Iniciando os conflitos civis em 1984, a RENAMO dizia-se representante dos moradores rurais moçambicanos e tinha grande apoio dos chefes das aldeias. No entanto, a RENAMO não possuía um projeto de governo distinto da FRELIMO e acabou por limitar-se a apenas combater o poder vigente. Sem uma plataforma mais sustentável, termina por assinar um acordo de paz em 1992.

A grave guerra civil, as secas prolongadas e a grande emigração, segundo Hernandez (2008), dificultaram o recomeço moçambicano no período pós-colonial. A reconstrução pós conflito encontra disparidades entre norte e sul do país, sendo o segundo mais desenvolvido; entre cidade e campo, sendo

a primeira mais desenvolvida, ainda que no campo esteja a maioria dos trabalhadores, 70%.

O país está dividido em 11 províncias, incluindo a cidade de Maputo que possui o estatuto de província e é a capital de Moçambique.

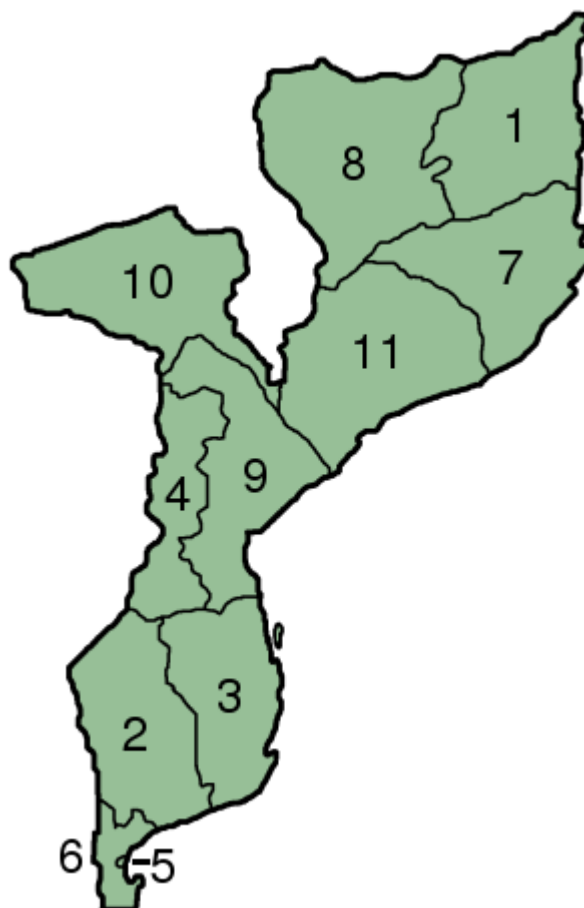


Figura 5: províncias de Moçambique

- 1- Cabo Delgado
- 2- Gaza
- 3- Inhambane
- 4- Manica
- 5- Cidade de Maputo
- 6- Maputo (província)
- 7- Nampula
- 8- Niassa
- 9- Sofala
- 10- Tete
- 11- Zambézia

Conforme Visentini (2007), a população é estimada em torno de vinte milhões e quinhentos mil habitantes, sendo que do total da população que vive no meio urbano, 30% vivem nos principais centros: Maputo, Beira e Nampula. O PIB do país é de 7,3 milhões de dólares e a renda per capita de \$1.237.

De acordo com Genro (1982), os principais produtos de exportação do país são: camarões, algodão, caju, açúcar e chá. Contudo, sua indústria é bem pouco desenvolvida e autossuficiente em poucos produtos, como tabaco e cerveja. De acordo com Visentini (2007), a economia do país configura-se em: 21,1% agricultura, 30,9% indústria e 48% serviços. Outro responsável pela movimentação da economia de Moçambique é o petróleo.

A flora do país, segundo Tarso Genro (1982), é abundante em diversos tipos de palmeiras, cedros, mognos, sândalos e tamareiras. A fauna é composta por zebras, búfalos, leões, antílopes, macacos, flamingos, garças, águias e o litoral do país é bastante propício à pesca.

Os resultados do III Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em 2007, indicavam que 53% da população era do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Quanto às etnias, a população moçambicana constitui-se em: 99,66% de negros africanos, 0,06% europeus, 0,2% de euro-africanos e 0,08% de indianos. O número de desempregados é de 21% e a expectativa de vida no país é de 42 anos. Já quanto à religião, Visentini (2007) quantifica em 40% de cristãos, 18% de muçulmanos e em 42% os adeptos das religiões tradicionais locais.

O índice de analfabetismo, afirmado por Paulo Visentini (2007), é de 54% e a língua oficial do país é o português. Entretanto, outras línguas e dialetos, segundo Lewis (2009), fazem parte do falar do país: makhuwa, ngoni, zulu, tsonga, mewani.<sup>3</sup> Estima-se, de acordo com um recenseamento feito pelo governo em 1997, que o português seja a língua materna de apenas 6% da população, número que, na cidade de Maputo, chega aos 25%, apesar de cerca de 40% dos moçambicanos terem declarado que a sabiam falar.

Vê-se, observando o mapa a seguir, a diversidade linguística de Moçambique:

---

<sup>3</sup> Detalhamento na figura 6.

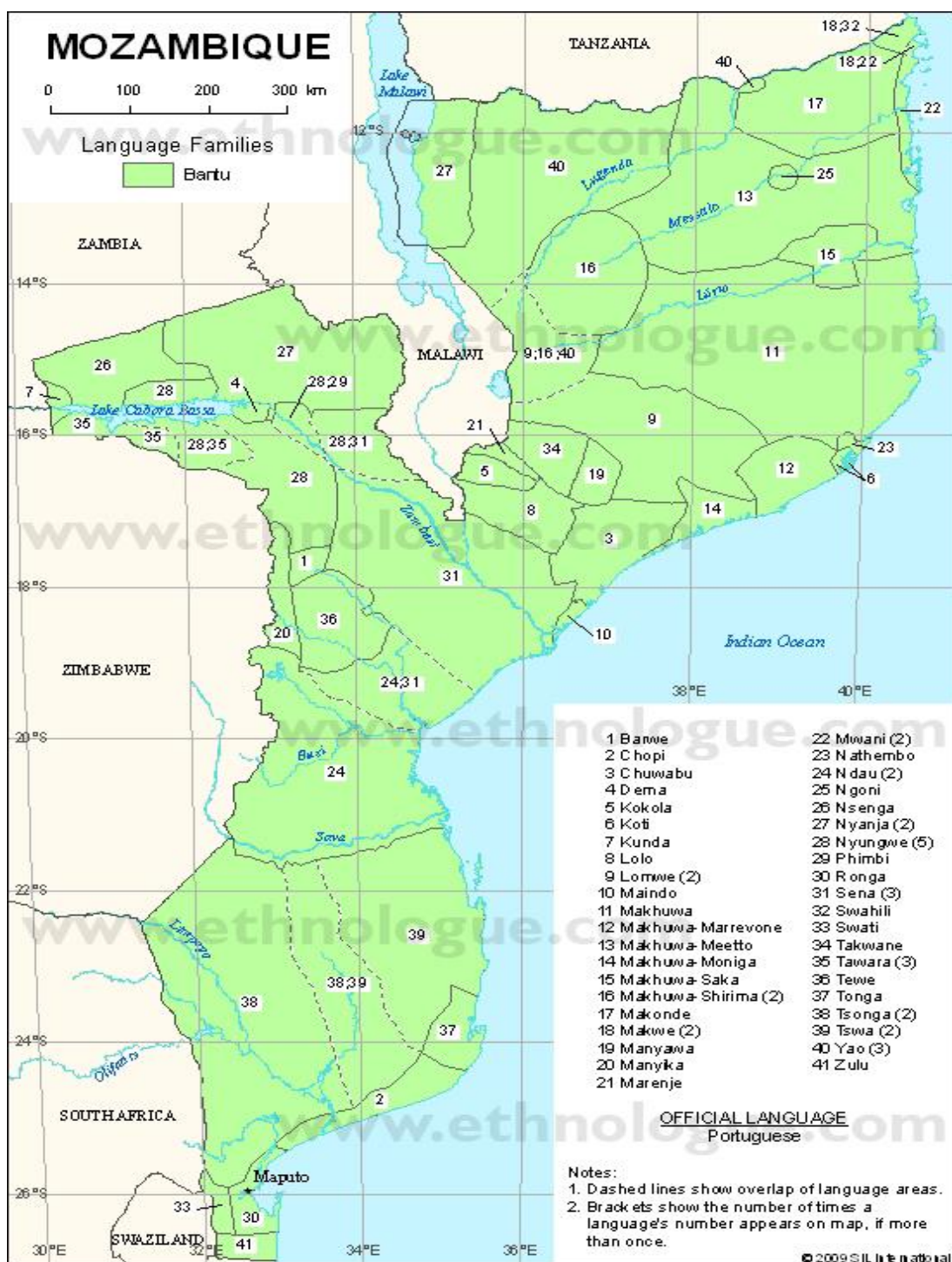


Figura 6: mapa da diversidade de idiomas e dialetos de Moçambique (Lewis,2009)

A Moçambique atual, afirmado por Visentini (2007), ocupa uma área de aproximadamente 802 mil km<sup>2</sup>, localizada na Costa Sudeste da África. Sua fronteira ao norte é com a República da Tanzânia; a noroeste com o Malauí e a Zâmbia; a oeste com o Zimbabwe (anteriormente denominado Rodésia do Sul) e, ao sul, com a Suazilândia e África do Sul:



Figura 7: fronteiras atuais de Moçambique <sup>4</sup>

<sup>4</sup> Disponível em: [HTTP://WWW.BERNARDADRIEN.COM/WP-CONTENT/UPLOADS/2011/11/Mapa\\_Mocambique.JPG](http://www.bernardadrien.com/wp-content/uploads/2011/11/Mapa_Mocambique.JPG)

No estágio atual da reconstrução do país, o Estado procura desenvolver uma política de incentivo a investimentos de cunho privado, dando isenções para empresas, criando ambientes favoráveis ao desenvolvimento. As reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra, contribuem significativamente para fortalecer esse bom ambiente com a respectiva atração do investimento privado nacional e externo.

Moçambique ainda possui grande potencial econômico no que tange ao turismo, agroindústria, mineração e pesca. Contudo, ainda que o crescimento econômico que o país vem registrando seja grande, o mesmo está ainda na posição 185 no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)<sup>5</sup>, tendo assim grande parte da população vivendo na total miséria, abaixo da linha da pobreza.

Segundo um relatório de desenvolvimento humano, publicado em 2005 em Moçambique pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), intitulado “Desenvolvimento Humano até 2015: Atingindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>6</sup>”, Moçambique ainda é um dos cinquenta países mais pobres do mundo. Entretanto, ele cresce a taxas comparáveis a China e Índia. O relatório traz ainda informações de que embora grande parte da população economicamente ativa (PEA) de Moçambique esteja voltada à agricultura, o setor contribui com apenas 26,1% do PIB.

Os dados são alarmantes, o Pnud aponta que o percentual de adultos com HIV (12,2%) é mais que o dobro da proporção da população com acesso a energia elétrica (6%). Mas, ainda assim, o país a passos lentos amplia sua rede de ensino público e faz crescer sua renda per capita.

---

<sup>5</sup> Ver a lista completa em:

<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>

<sup>6</sup> <http://www.fomezero.gov.br/noticias/mocambique-cresce-rapido-e-melhora-idh>

## 2.4 LITERATURA EM MOÇAMBIQUE

O termo *literatura pós-colonial*, de acordo com Thomas Bonnici (1998), surge de uma ilação entre o campo político e o literário e designa as literaturas dos países que passaram por um processo de colonização.

De acordo com o primeiro texto a elaborar uma teoria pós-colonial, de 1989, (Asrehcroft, Griffithins e Tiffin apud Hamilton, 1999) *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (O império responde escrevendo: Teoria e prática nas literaturas pós-coloniais) publicado por Bill Asrehcroft, Gareth Griffithins e Helen Tiffin, o que justifica o interesse ou a pertinência desta literatura em uma perspectiva histórica, política, ideológica e literária é o fato de que três quarto dos países do mundo foram colonizados.

A teoria pós-colonial, segundo Bonnici (1998), denomina *Colonial* o período pré-independência; *Moderno* ou *recente*, pós independência; *Pós-Colonial*, a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias de hoje e *Literatura pós-colonial* a produção literária dos povos colonizados.

De acordo com Russel Hamilton (1999) os estudos sobre a teoria pós-colonial surgem na década de 1980 e despertam interesse maior ainda na década de 1990. Diversas obras são publicadas e teóricos discutem questões metodológicas e ideológicas.

A primeira polêmica explanada por Russel Jacoby (apud Hamilton) em artigo intitulado "*Marginal Returns: The Trouble with Post-Colonial Theory*" (Um Rendimento Duvidoso: O Mal da Teoria Pós-Colonial) versa sobre o que é pós-colonialismo. Jacoby diz que para alguns o pós-colonialismo refere-se àquelas sociedades que surgiram depois da chegada dos colonialistas. Contudo, para a maioria dos estudiosos a independência política de determinada colônia é que dá início ao período pós-colonial.

Outra questão discutida por Hamilton (1999) advém do prefixo pós. Seriam coisas diferentes "pós-colonialismo" e "póscolonialismo"?

Russel Hamilton cita Kwame Anthony Appiah — africano nascido em Ganda e autor de um estudo fundamental sobre a África, publicado no Brasil com o título de "*Na casa de meu pai*" — que problematiza o prefixo "pós" perguntando se há diferença entre o *pós-* do pós-modernismo e o *pós-* do pós-



colonial. Appiah chega à conclusão de que há diferenças entre um e outro, mas ambos significam um “gesto de abrir novos espaços” e, além disso, da mesma forma que o *pós-* do pós-modernismo, o *pós-* do pós-colonialismo desafia os discursos legitimados anteriormente.

Outros teóricos, no entanto, escrevem pós-colonialismo *com traço* referindo-se a algo cronológico, significando simplesmente “depois” do período colonial. Sem traço, para eles então seria “por causa do colonialismo”, ou seja, a rejeição das instituições impostas pelo antigo regime colonial. Portanto, neste último sentido o *póscolonialismo* significa anti-colonialismo e anti-neo-colonialismo. O consenso maior, no entanto, vem ao encontro da teoria defendida por Appiah.

Appiah, em “*Na casa de meu pai*” (2007) é bastante crítico quanto à produção literária africana. O autor teoriza que a cultura refinada *versus* cultura de massa, em África, só existem em campos nos quais existe instrução ocidental formal. Sendo assim, exclui desta distinção a música e as artes plásticas, pois para apreciação das mesmas não é necessária instrução. No entanto, inclui a literatura africana escrita em línguas ocidentais:

O pós-colonialismo é a condição que poderíamos chamar, de maneira pouco generosa, uma intelectualidade *comprista*: a de um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno, de estilo ocidental e formação ocidental, que intermedeia, na periferia, o comércio de bens culturais do capitalismo mundial. No ocidente, eles são conhecidos pela África que oferecem; seus compatriotas os conhecem pelo Ocidente que eles apresentam à África e por uma África que eles inventaram para o mundo, uns para os outros e para a África. (APPIAH, 1997, p.208).

A escrita pós-colonial surge com tom de reivindicação, protesto, opondo-se ao regime colonial. Poder-se-ia pensar então que tão logo obtivessem a independência os povos teriam uma estética própria no campo literário, novos cânones definidos. No entanto, romper com as raízes imperialistas não é tarefa fácil. Pensar em uma literatura pós-colonial abrange questões que versam desde a língua da qual esta vai servir-se até como se dá a descolonização na literatura.

A língua possui uma relação intrínseca com o colonialismo. Citando Zamparoni (2009) quando os portugueses se estabelecem em terras

colonizadas, como Moçambique, e tornam-se “nativos” se vêem privados de tudo que constituiria cultura, na visão europeia (máquinas, indústrias, arquitetura, ética, língua). Ainda assim, trazem consigo algo de que os nativos verdadeiros são desprovidos: o domínio da língua portuguesa. Desta forma, passam a se ver como portadores de uma positividade, atribuindo aos nativos uma total negatividade. Surge então um campo de exclusão linguística dupla: a exclusão das línguas locais (as dos dominados) das esferas de poder e a exclusão dos falantes dessas línguas, ainda que aprendessem a língua dominante, português, estabelecendo-se então uma hierarquização racial e linguística em terras coloniais. A violência física faz-se acompanhar da violência simbólica.

A literatura pós-colonial carrega em si a característica de fazer-se entender através da língua do colonizador, a oficial, deixando de utilizar a língua veicular, que se dilui em dialetos tantos que não poderiam dar conta de ser porta voz de uma literatura que ultrapassasse as fronteiras de um povoado, quiçá de um país.

Em se falando do processo de descolonização e literatura, e como este ocorre, Bonnici (1998) afirma que descolonização para certos autores significa a recuperação dos idiomas e culturas pré-coloniais; no entanto contrapõem citando Williams (Williams apud Bonnici, 1998) que teoriza que os traços da história jamais podem ser apagados ou ignorados. A cultura híbrida e sincrética dos povos coloniais seria um fator positivo e uma vantagem da qual recebe a sua identidade e força. Seria um equívoco, portanto, identificar a descolonização com a reconstituição da cultura pré-colonial quando, por exemplo, nota-se a presença da oralidade nos romances pós-coloniais africanos. Bonnici (1998) diz que houve divergências entre correntes que condenavam as técnicas literárias ocidentais em detrimento das africanas e as que defendiam. O argumento ponderado é que a volta às raízes seria o fator mais importante da identidade. No entanto, a maioria dos países foi favorável ao sincretismo e à pluralidade cultural. Thomas Bonnici (1998) apresenta o seguinte esquema e estratégias que as literaturas nacionais desenvolveram para chegarem a ser consideradas como tal: (a) imitação; (b) rebelião, utilizando como estratégias: (a1) tomada de posição nacionalista; (b2) crítica à visão europeia e eurocêntrica do mundo.

É necessário, portanto, compreender a referida teoria pós-colonial e seus desdobramentos para que se encontre no registro da literatura africana de expressão portuguesa, como a de Moçambique, o reflexo desta teoria e as implicações que dela advém.

Como demonstrou o anteriormente referido relatório do PNUD, apenas 6% da população moçambicana possui energia elétrica em casa, denotando assim a precariedade do país. Desta forma, pode-se inferir que o público leitor neste país é quase inexistente:

No caso de Angola, no caso de Moçambique, nossas obras não têm penetração em meio nenhum. A gente [Aqualusa e Mia Couto] vende muito pouco em nossos países, vende mais fora. Eu lembro de um encontro em Dublin, onde Mia Couto esteve também, em que este assunto fora discutido entre os escritores presentes. E eu ouvi um escritor africano que dizia muito bem que cada escritor africano é também um tradutor, pois como está a escrever para um público que não são as pessoas do seu país, ele é obrigado a traduzir aquela realidade para que outras pessoas de outros países possam entender. Ou seja, em Angola e Moçambique o público leitor que efetivamente compra livros — primeiro o livro é excessivamente caro — é muito, muito, muito reduzido, é insignificante.

Na época do partido único quando os livros eram subsidiados, o livro era muito barato, as edições eram grandes, não quer dizer que as pessoas lessem, mas compravam. O meu primeiro livro teve uma primeira edição de 15 mil exemplares em Angola. E hoje, dificilmente, vende mais de dois mil, é irrisório. Pepetela chegou a vender 100 mil exemplares, quando o livro custava nada. (AGUALUSA apud BORGES,2009)

Entretanto o fato de que no país quase não há um público leitor, não significa que não se produza literatura. Mas como esta se apresenta em Moçambique na contemporaneidade?

João Paulo Borges Coelho (2009), autor literário moçambicano, discute em um artigo intitulado “E depois de Caliban? A história e os caminhos da literatura em Moçambique contemporâneo” a relação entre história e literatura. O autor indica a existência de três momentos: o primeiro, a construção do nacionalismo; o segundo, socialismo real e sua erosão; e o terceiro, a procura de uma nova modernidade.

Relativo ao primeiro momento, Borges Coelho (2009) atribui ao jornal *O Brado Africano* o papel de agregador de escritores revolucionários. O jornal fora criado por “assimilados”, os irmãos Albasini, pouco depois da virada do século XX. Emergem nele escritores como Noémia de Souza, João Dias e José

Craveirinha, expoentes importantes do início da literatura moçambicana e que assumem sua condição africana, expurgando raízes coloniais. A temática nacionalista surge naturalmente e, a partir da década de 1960 com a intensificação da luta armada, a literatura, apesar de bastante diversificada, ganha coesão e aprofundamento estético.

Em um segundo momento, com a conquista do poder pela FRELIMO e independência nacional, muda totalmente o contexto e, diferentemente do que se poderia pensar, muda para pior. A FRELIMO entra nas cidades com grande desconfiança e a literatura, ainda que fosse aliada denunciando o regime colonial, passa a sofrer retaliações. Desaparecem então editoras e livrarias, acentuando no país determinado bloqueio ideológico. Surge nesse período uma “poesia de combate”, fechada, na qual tradição e africanidade passam a ser de certa forma repudiadas. A literatura afasta-se da história, pois a leitura desta dava-se de forma “unitária”, perpassando nas obras somente o cunho ideológico pregado pela FRELIMO. De acordo com Borges Coelho (2009), José Craveirinha é um dos raros autores que consegue fazer uma ponte entre o primeiro e o terceiro momento e se mantém fiel à sua temática, ainda que enverede mais para o lado intimista e de elaboração individual.

Já no terceiro momento, após o acordo de paz firmado em 1992 que estabelece uma democracia multipartidária e uma ordem econômica neoliberal, há uma profunda alteração na realidade. O acordo de paz baseou-se no esquecimento, modificando radicalmente a memória coletiva tal como viera sendo formulada:

Ao mesmo tempo, nos cerca de dez anos que seguiram, a FRELIMO viria como que perder o monopólio da versão da história inscrita na sua modernidade. Deixou de haver apenas uma versão do passado, uma só explicação; passam a competir várias, contraditórias.

Nesse contexto, a literatura deparou-se com novos desafios. O passado ou a utopia, por si só, eram insuficientes para responder a esses desafios. Os horrores da guerra tiraram-lhe a inocência. Surge uma nova geração de escritores: Mia Couto, Paulina Chiziane, Suleimane Cassamo. Instala-se novamente a perplexidade. Alguns falam em crise de uma literatura até então dependente de uma história almejada e pela qual lutava (primeiro momento), ou que, de certa forma, lhe era oferecida “de bandeja” (segundo momento). E, embora se assista no presente uma tentativa da FRELIMO de recuperação da antiga memória unitária, tentativa essa que corresponde a seus crescentes e cada vez mais esmagadoras vitórias eleitorais, é já muito difícil voltar atrás. Muita água correu

debaixo da ponte. No mosaico de fragmentos que é a actualidade, nesses tempos globais tão dependentes de amnésia, dificilmente há o que espelhar com coerência. A literatura é obrigada a afastar-se, a refractar, a sondar interpretações paralelas. Como movimento, se é que se pode falar em movimento, a literatura está condenada a procurar no presente as novas relações com a história. (COELHO, 2009, p.65)

Nestes atuais caminhos da literatura, buscando essas novas relações com a história, inserem-se Mia Couto e Paulina Chiziane. O retorno às raízes, a denúncia da injustiça através da voz da sabedoria popular, um modernismo que não se reduz a um estilo sem conteúdo.

Para um conhecimento mais profundo da biografia — aqui não detalhadamente comentada — de outros autores pertencentes a distintos momentos da literatura moçambicana, em prosa e poesia, como Rui Noronha, Orlando Mendes, Alberto Lacerda, Fonseca Amaral, Noemia de Souza, Msaho, Sérgio Vieira, Souza Neves, entre outros, sugere-se a leitura do livro de Manuel Ferreira (1987): *Literaturas africanas de expressão portuguesa*.

### 3. ANÁLISE DAS OBRAS LITERÁRIAS

Em um cenário devastador, assombrado pela guerra, emergem as narrativas de Mia Couto e Paulina Chiziane. Cada autor, a seu modo, constrói personagens que nos revelam como é estar vivenciando a experiência da guerra. As narrativas moçambicanas *Terra Sonâmbula* (2007) e *Ventos do apocalipse* (2006) são histórias de caminhos, rotas vagantes não definidas, as quais as personagens se veem obrigadas a percorrer.

Como se trata de um trabalho acerca da experiência, apresentamos um breve explanar da trajetória dos autores, para depois discorrermos sobre sua produção literária. Conhecer esta trajetória nos ajuda a entender o porquê do discurso escolhido e o pertencimento dos autores à causa da independência e reconstrução de seu país.

#### 3.1 MIA COUTO

A trajetória deste autor, estando não somente como espectador, mas como militante da FRELIMO, faz com que sua literatura reflita a preocupação com a reconstrução da identidade nacional. Representante de um novo caminho da literatura moçambicana, Mia Couto denota através de sua obra uma visão bastante particular sobre o passado, o presente e as perspectivas para o futuro do país.

António Emílio Leite Couto nasceu na cidade de Beira, Moçambique, em 1955. Aos dois anos e meio já inventava palavras, autodenominando-se Mia: *decidi que queria me chamar Mia, pela relação de afeto que tinha com os*

*gatos. Eu pensava que era um deles.*<sup>7</sup> Filho de portugueses, herdou do pai, jornalista, não só o gosto pela escrita, mas também a inconformidade:

Nasci e cresci numa pequena cidade colonial, num mundo que já morreu. Desde cedo, aprendi que devia viver contra o meu próprio tempo. A realidade colonial estava ali, no quotidiano, arrumando os homens pela raça, empurrando os africanos para além dos subúrbios. Eu mesmo, privilegiado pela minha cor da pele, era tido como um “branco de segunda categoria”. Todos os dias me confrontava com a humilhação dos negros descalços e obrigados a sentarem-se no banco de trás dos autocarros, no banco de trás da Vida. Na minha casa vivíamos paredes-meias com o medo, perante a ameaça de prisão que pesava sobre o meu pai que era jornalista e nos ensinava a não baixar os olhos perante a injustiça. A independência nacional era para mim o final desse universo de injustiças. Foi por isso que abracei a causa revolucionária como se fosse uma predestinação. Cedo me tornei um membro da Frente de Libertação de Moçambique e a minha vida foi, durante um tempo, guiada por um sentimento épico de estarmos criando uma sociedade nova. (Mia Couto, 2005)<sup>8</sup>

No início da década de 1970, Mia Couto deixa sua cidade natal para estudar medicina, na cidade de Lourenço, atual Maputo. Contudo, anos mais tarde abandona esta pretensão e torna-se jornalista. Neste período, envolveu-se no movimento estudantil, na luta pela Independência ao ligar-se à FRELIMO. Em 1983, publica seu primeiro livro *Raiz de Orvalho*, composto por poemas. A partir desta data, produz uma série de publicações, passando também a exercer o cargo de diretor da Agência de Informação de Moçambique e elegendo como área de estudos a biologia.

Como militante da FRELIMO o escritor não chega ao combate armado. Quando indagado sobre o assunto responde:

Não me deixavam. A Frelimo era uma frente, portanto havia também um componente racista muito forte. Diziam que os brancos moçambicanos podiam lutar, mas que não podiam confiar tanto neles a ponto de dar-lhes uma arma. Os brancos, indianos e mestiços não

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida a Jonas Furtado, revista ISTO É, N° Edição 1978, 26.Set – 2009. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3254\\_NAO+A+REFORMA+ORTOGRAFICA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3254_NAO+A+REFORMA+ORTOGRAFICA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)

<sup>8</sup> COUTO, Mia. 30 anos de independência. No passado, o futuro era melhor? Transverse: uma plataforma de discussão da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (Cooperação Suíça) 16 de junho de 2005 disponível em [http://www.deza.admin.ch/ressources/resource\\_es\\_24839.pdf](http://www.deza.admin.ch/ressources/resource_es_24839.pdf) acesso em 22/05/2008

podiam pegar em armas: podiam combater, como fiz, na área política, do ensino. (COUTO, 2009 apud FELINTO).

Mia Couto lutou pela independência de seu país. Ajudou a compor o hino nacional moçambicano e trabalhou para o governo durante a guerra civil culminada no período de 1976 a 1992. Depois de firmado o acordo de paz de 1992, que estabeleceu uma democracia multipartidária, o autor seguiu apoiando a FRELIMO, reconhecendo, no entanto, o desapontamento dos militantes da esquerda:

Há todo um discurso político que mudou – provavelmente ele não era tão verdadeiro quanto se pensava, era assumido como um discurso da boca para fora. Há um verso de um poeta moçambicano da Frelimo que ilustra isso muito bem. “Não basta que seja pura e justa a nossa causa; é preciso que a pureza e a justiça existam dentro de nós.” Faltou isso em muitos dirigentes políticos. Por outro lado, também é verdade que quem está no poder tem que entrar numa lógica de gestão, na qual é muito difícil perceber onde está o limite entre a traição do princípio e o momento de adaptação ao mundo real. Isso é muito difícil de gerir. Vivi esse processo porque eu era da Frelimo, da oposição, e pensava que a conquista do poder seria o fim do poder – no sentido que todos teriam o poder. (...) Hoje já não sei o que é ser de esquerda, e provavelmente a própria esquerda não saiba o que ela é. Mas essa disposição, essa vontade de mudar o que está errado no mundo têm que ser permanente. (COUTO, 2009 apud FELINTO).

Atualmente, Mia Couto é um dos escritores africanos mais reconhecidos e premiados, tendo recebido importantes prêmios como: prêmio Vergílio Ferreira, pelo conjunto da sua obra, em 1999; prêmio Mário António, pelo livro *O último voo do flamingo*, em 2001; prêmio União Latina de Literaturas Românicas, em 2007, e prêmio Passo Fundo Zaffari e Bourbon de Literatura, na Jornada Nacional de Literatura, pelo romance *O outro pé da Sereia*, em 2007. Em 2013 recebeu ainda o prêmio Camões e, em 2014, o prêmio literário internacional Neustadt.

Além da importância destacada através dos prêmios, o Brasil prestigia Mia Couto tornando-o sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupa a cadeira de número cinco.

Mia Couto, formado em biologia e exercendo as profissões de escritor e biólogo, agora procura aliar ambas na tentativa de endossar através da sua escrita que a preservação do meio ambiente é essencial. Engajado nas



questões políticas e ambientais, as palavras são cada vez mais ferramentas do autor para que ecoe e retumbe a conscientização e reflexão:

Sou escritor e cientista. Vejo as duas atividades, a escrita e a ciência, como sendo vizinhas e complementares. A ciência vive da inquietação, do desejo de conhecer para além dos limites. A escrita é uma falsa quietude, a capacidade de sentir-se sem limites. Ambas resultam da recusa das fronteiras, ambas são um passo sonhado pra lá do horizonte. A Biologia para mim não é tanto uma disciplina científica mas uma história de encantar, a história da mais antiga epopeia que é a Vida. É isso que eu peço à ciência: me faça apaixonar. É o mesmo que eu peço à literatura. (COUTO, 2008, p. 1)

Mia Couto publicou uma série de obras, passeando entre diversos gêneros, expressando-se através de contos, crônicas, poesias, romances e novelas. Sua primeira publicação data de 1983 e desde então já se somam 24 livros a este.

### 3. 1.1 TERRA SONÂMBULA

*Terra sonâmbula* (2007), escrito por Mia Couto, é um romance que revela uma terra que nunca dorme, por isso sonâmbula, devido aos conflitos da guerra. Um velho, Tuahir, e um menino, Muidinga, sobrevivem a um campo de refugiados. Sem família, abandonados, imersos em um cenário de um país desolado pelo conflito civil: a guerra moçambicana. Desértico, em meio à fome e às bombas, ambos aproximam-se para percorrer juntos um caminho que os salvasse da dor e do sofrimento físico e psíquico.

Um velho e um miúdo vão seguindo pela estrada. Andam bambolentos como se caminhar fosse seu único serviço desde que nasceram. Vão para lá de nenhuma parte, dando o vindo pelo não ido, à espera do adiante. Fogem da guerra, dessa guerra que contaminara toda a sua terra. Vão na ilusão de, mais além, haver um refúgio tranqüilo. Avançam descalços, suas vestes têm a mesma cor do caminho. O velho se chama Tuahir. É magro, parece ter perdido toda substância. O jovem se chama Muidinga. Caminha à frente desde que saíra do campo de refugiados. Se nota nele um leve coxear, uma perna demorando mais que o passo. (COUTO, 2007, p.9-10)

Peregrinando por uma estrada poeirenta, sem rumo, o menino e o velho tentam sobreviver. Sem expectativas ou esperanças, juntam suas tristezas e caminhando a esmo encontram um Machimbombo (ônibus) cheio de corpos carbonizados. O lugar seria um abrigo para esconderem-se dos bandos saqueadores e sangrentos que andavam pela estrada.

Começa já nas primeiras páginas do romance a denúncia da guerra e da condição de miséria e pobreza que a mesma impôs aos moçambicanos. Já vemos aqui o fato histórico e novo sistema de organização da vida imposto pelo evento traumático.

Muito embora não tivessem bens a serem saqueados, pensam ser mais prudente esconderem-se ali e, caso aparecessem desconhecidos, fingirem-se de mortos. O menino, temeroso, não quer ficar entre os mortos, e pede ao velho que os retirem dali, justificando que está cansado de viver entre os mortos. Sabedores de que os mortos, segundo a tradição de seu país, precisavam de um enterro digno, com ritos e cerimoniais, os dois enterram os corpos em uma vala perto do autocarro.

A formação destes indivíduos, opondo suas experiências e saberes ao saber científico, mostra a modalidade de experiência a que Benjamin (1985) se refere. Uma experiência localizada na tradição oral, sendo um ato coletivo, não sendo apenas uma informação, mas um saber, que não se esgota nele mesmo, gera uma experiência e uma memória coletiva.

Ao passo que vão enterrando os corpos, o menino encontra uma mala junto a um homem. O encontro dessa mala, a qual continha roupas, alguns mantimentos e uns poucos cadernos, vai mudar o percurso dos dois caminhantes. Fugindo de sua realidade através da leitura das memórias de Kindzu, o africano que escrevera as histórias encontradas na mala, o menino e o velho encontrarão refúgio nas palavras e na narrativa de alguém que sofrera tanto quanto eles.

Os cadernos de Kindzu trarão uma série de mitos, lendas e relatos, sejam eles verossímeis ou absurdos, que nos fazem conhecer um pouco mais da raiz tribal moçambicana.

Durante toda a narrativa o velho tece ensinamentos ao menino, buscando assim ensinar-lhe lições sobre a vida. A experiência faz com que o

saber deste velho seja valorizado. Ele carrega a memória coletiva e repassa seus ensinamentos para uma nova geração, representada pelo menino.

A arte de narrar, que estaria em declínio, proposta por Benjamin (1985), é essencial para que Muidinga possa seguir pelo caminho, aprendendo com os ensinamentos do velho. Sua narrativa é impregnada de experiências através das quais Tuahir reconstrói o vivido e faz o menino também se apropriar deste passado.

Homem humilde, ele é o camponês sedentário benjaminiano (1985), aquele que não saiu de seu país, mas conhece como ninguém as tradições e histórias do seu povoado. Em determinado momento da narrativa o menino fica muito doente e, vendo o “miúdo” à beira da morte, o velho ensina-lhe como atravessar a fronteira para o céu:

O velho segredou o seguinte conselho: quando morresse, para encontrar o caminho do Céu, o miúdo deveria escolher só os carreirinhos. Os grandes caminhos nunca lhe levariam lá. Procurasse, sim, os caminhos, trilhozitos entre as nuvens, feitos por pé de pouca gente. (COUTO, 2007, p. 54).

O menino não morre e o velho, que até então mantinha certo distanciamento, para não criar vínculos com o pequeno, decide ocupar o espaço da figura paterna. Esse caminho que conduziria ao céu, trilhado por poucos, revela as culpas que a guerra trouxe. A poucos fora permitido o caminho céu, escassos eram aqueles saíam ilesos quando imposta lhes era a busca por formas de sobreviver, fossem dignas ou não.

As estruturas de corrupção estabelecidas durante a guerra vão gerar novas classes no país, a do povo e a do poder. A luta entre ambos vai gerar, corroborando com a ideia desenvolvida por Thompson (2006) as experiências históricas daqueles que estão a ser desprezados, aculturados, visto que não pertencem ao grupo dominante. Esses explorados, sem expectativa, irão formar uma classe que precisam encontrar uma forma de resistência. Assim, vão partir para o campo da ação, impulsionados pelo desejo mais essencial: a sobrevivência.

Em *Terra Sonâmbula* (2007), a experiência é um elemento constante, citada textualmente ou através de alegorias. Uma das principais formas utilizadas pelo autor para perpetuá-la é através dos ditos populares, dos

provérbios, que são uma maneira de transmissão do legado e das tradições. Os responsáveis por dar voz a estes ditos são as personagens. Através das suas falas, surgem os ensinamentos proferidos pelo povo, como a crença dos habitantes de Matimati, povoado descrito na narrativa:

Se dizia daquela terra que era sonâmbula. Porque enquanto os homens dormiam, a terra se movia espaços e tempos afora. Quando despertavam os habitantes olhavam o novo rosto da paisagem e sabiam que, naquela noite, eles tinham sido visitados pela fantasia do sonho.. (COUTO, 2007, p.5)

O narrar destes saberes, deste caráter dinâmico da realidade, vai ao encontro da teorização proposta por Lukács (2011), que enfatiza a necessidade de uma representação dinâmica da realidade, a qual se apresenta como um movimento que jamais cessa, que retrama a cada dia algo novo.

As privações do mínimo para a sobrevivência abrem as portas para os sonhos e delírios, que terminam por ser uma porta de entrada para a lembrança. O sonho é recurso comumente utilizado pelo autor. Quando indagado se "*Terra sonâmbula*" seria um livro de memórias ou de sonhos ele responde:

Não creio que existam lembranças que nos cheguem por um outro caminho que não seja o da sua própria reelaboração. O sonho é a porta por onde nos chegamos as memórias. Esse delírio não é um artifício literário. É assim que sucede em nossas vidas. (COUTO apud FELINTO, 2009)

A reelaboração das experiências e a percepção concreta precisam valer-se do passado. Assim, a experiência destes sujeitos, inscritos na história, os leva a reproduzir formas e comportamentos que já deram certo. Por esta razão, o menino Muidinga se atrela aos cadernos de Kindzu, pois eles serão a experiência a ser repetida. A vida nos aspectos que deram certo e triunfaram. O menino diversas vezes confunde sua realidade com a realidade dos cadernos. Busca referências nas experiências vividas por aquele que agora o possui como interlocutor.

Depois de encontrados os cadernos de Kindzu, por Muidinga, a narrativa de *Terra Sonâmbula* (2007) se faz da seguinte forma: um capítulo

sobre o menino e o velho, um capítulo de um escrito de Kindzu. Interessante notar que os papéis se invertem. O menino lendo as histórias para o velho também lhe ensina acerca da vida e o narrador das histórias de Kindzu, que igualmente era menino, confere singularidade ao seu testemunho, um olhar infantil sobre a história.

O sujeito tão singular, como afirma Foucault (1984), ainda que tão menino, já é capaz de ser ele mesmo o objeto de sua reflexão. Colocando-se entre uma experiência trágica e pessoal, Kindzu desnuda sua subjetividade e é capaz de articulá-la ao seu saber para nos relatar através do seu testemunho a experiência histórica pela qual passou. Ainda que seja uma experiência particular, é uma experiência que nos faz tentar compreender aquele sujeito e as práticas que o constituíram ao longo da sua trajetória.

O nome do rapaz, Kindzu, significava “palmeirinha”, homenagem que o pai fizera a uma das suas únicas predileções da vida: “beber sura, o vinho das palmeiras” (COUTO, 2007, p.15). Logo, o menino vai apresentando a família: a mãe, não denominada, o pai, Taímo, e o irmão caçula “Vinticinco de Junho”, ou Junhito, como o chamavam. Também o nome do irmão era uma homenagem do pai, só que desta vez à independência do país, ocorrida em 25 de junho de 1975.

A personagem Junhito é extremamente significativa. O pai o ensinara a viver entre as galinhas, aprendendo a ser uma, para que quando a morte chegasse —conforme previsão feita por ele— o menino pudesse salvar-se, já que a morte não o reconheceria enquanto galinha. Junhito representa toda a falta de identidade de Moçambique pós-colonial. O menino precisa esquecer o seu passado e buscar uma identidade nova para sua sobrevivência. Sobre este simbolismo, Mia Couto evidencia em entrevista:

**O GLOBO:** O personagem Vinticinco de Junho, o Junhito, tem este nome porque nasceu no dia da independência de Moçambique. Para sobreviver aos horrores da guerra ele se transforma num galo, uma ave doméstica. Há algum sentido simbólico?

**COUTO:** Há simbolismos, no plural. No saber rural, de Moçambique, não é ficção aceitar-se que um homem se converte em bicho. O fluir de identidades entre pessoas, bichos e árvores faz parte do imaginário rural. E depois, há ideia de que a própria independência nacional se domesticou e ficou, como se diz metaforicamente no livro, aprisionada num galinheiro. Toda uma irreverência que existiu na luta de libertação nacional, todo um sentido épico e utópico, tudo isso foi desvanecendo. (COUTO apud FONSECA, 2007).

Mais uma vez, história e ficção se atrelam. De acordo com o autor, o saber rural do país assim permite. Na literatura, esta intervenção da ficção na história, tentando subverter as versões consagradas de um passado, é a caracterizada pela metaficção historiográfica, denominação que podemos atribuir ao romance *Terra Sonâmbula* (2007), que repensa as verdades que devem ser reconstruídas.

Quando Linda Hutcheon (1991) afirma que a história é incorporada na narrativa e propõem que o narrar seja a partir do olhar dos subalternos, ela encontra nas personagens de *Terra Sonâmbula* uma exemplificação. O velho Tuahir e o menino Muidinga são sobreviventes de um campo de refugiados, são exemplo da situação em que o povo moçambicano se encontra. Eles não participam do governo, não possuem uma situação nenhuma de privilégios, fazem parte da grande massa de africanos que necessita externar a dor pela qual estão passando em virtude da guerra.

Também Kindzu o faz. Os cadernos são o suporte que irá registrar o testemunho de um rapaz cujo destino obrigou a valer-se da esperteza e da caminhada para que pudesse sobreviver. Esse caminho novo é a busca de novas expectativas, como afirma Koselleck (2006) este trauma impulsiona a personagem a procurar novas experiências, as quais irão gerar novas expectativas. Este sujeito histórico passa por diversas experimentações para que possa reescrever a história.

Conforme o tempo vai passando no romance, a guerra pós-independência não cessa os conflitos, e a família de Kindzu desmorona. A disputa agora é outra, e vai alastrando-se: “os tiros foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos” (COUTO, 2007, p. 17). A guerra a que o menino se refere é o conflito civil interno, que divide moçambicanos pelo poder no país. Esta guerra desfaz a família de Kindzu, assassinada, e o menino sai a perambular assim como Muidinga, em busca dos Naparamas, figuras míticas que lutariam contra os que travavam a guerra.

Enquanto Kindzu busca os Naparamas, Muidinga perambula para encontrar sua família. Ainda que todo tempo o velho Tuahir tente demovê-lo desta ideia, o menino não desiste de sua procura. Este caminhar de ambos, este vagar dos que andarilham, é a nossa experiência histórica. Ambos não

vagam só porque querem, vagam porque é necessário, vagam porque a guerra lhes tirou o que tinham de mais valioso, a família, e não lhes resta outra opção a não ser o movimento.

Esta condição ativa da experiência do movimento os desloca no seu tempo, os faz refletir sobre sua história e a história do seu país, que os empurra para o vagar. A temporalidade possui intrínseca relação com a história, de acordo com Koselleck (2006). Mover-se deste estado de penúria, de sofrimento, é adotar a condição de sujeito que necessita do trânsito para que surjam novas experiências, para que renasçam expectativas e esperança. Assim, dinamizando a história através da comparação, trazendo novas perspectivas oferecidas pelo movimento, o sujeito histórico poderá transformar a sua realidade que traz consigo tantas perspectivas desgastadas.

Percebe-se que há em Terra Sonâmbula um esforço em transformar a visualidade em registro, em denotar que estes caminhos percorridos pelo vagar também possuem voz. Existe determinado animismo, uma alma própria destinada a plantas, objetos e fenômenos da natureza. Os bichos têm nome, costumes, hábitos. As plantas têm atributos, vontades. Podem eles, inclusive, ser protagonistas. Os cenários não são apenas espaços, são agentes:

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. Pelos caminhos só as hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras. A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas, tão sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul. Aqui, o céu se tornara impossível. E os viventes se acostumaram ao chão, em resignada aprendizagem da morte.

A estrada que agora se abre a nossos olhos não se entrecruza com outra nenhuma. Está mais deitada que os séculos, suportando sozinha toda a distância. Pelas bermas apodrecem carros incendiados, restos de pilhagens. Na savana em volta, apenas os embondeiros contemplam o mundo a desflorir. (COUTO, 2007, p.9-10)

A estrada confunde-se com as personagens, parecendo que o caminho e as pessoas se fundem. Outras passagens de *Terra sonâmbula* (2007) poeticamente exemplificam o animismo:

Não lembro quanto tempo passou. Lembro mais são as noites. Lembro as estrelas, longínquas vizinhas que não dormiam. Lembro a lua se exibindo como medalha no decote da noite. Eu olhava o astro, suas pratas.<sup>9</sup>

A terra toda se despira, esperando em vão receber o beijo do arado.<sup>10</sup>

Eu deveria ir pelo mar, caminhar no último lado da terra, onde a água faz sede e a areia não guarda nenhuma pegada<sup>11</sup>.

Entre mim e a senhora idosa a estrada se espreguiça sem nenhum fazer.<sup>12</sup>

A ideia concebida ao longo do livro é que o caminho muda, mas o homem não. Por esta razão, quem conta as histórias são garotos, ainda inocentes na sua perspectiva. O olhar destas crianças sobre a guerra, e seus efeitos no país, é muito singular e carregado de significados. São testemunhos de experiências que, através de metáforas e alegorias, nos trazem o tom sombrio dos dias de guerra. O romance de Mia Couto enfoca a guerra vista por aqueles que sofrem na relação de oposição entre governo e seus opositores: o povo.

O povo, na narrativa, entende-se como a maioria da população, que é excluída do poder, das decisões políticas, econômicas, e a quem a FRELIMO representaria de acordo com o seu discurso revolucionário. No entanto, ocorre é uma geral decepção com o governo do partido que vencera Portugal. As estruturas de corrupção e tirania persistem. Mais danoso ainda é a exploração do negro pelo negro, uma forma cruel de perpetuar e acentuar as desigualdades no país.

Claramente em *Terra Sonâmbula* (2007) emerge a distinção entre o governo e o povo. Aqueles que representam o governo, na ficção, são Estevão Jonas, administrador do povoado (Matimati) e seu secretário, Assane, os quais participam de casos de corrupção, desviam donativos e seriam contrários às tradições africanas.

O administrador do povoado em que a personagem de Kindzu morava, Estevão Jones, era casado com Carolinda, mulher que não aceitava os atos de

---

<sup>9</sup> Ibid. p.42

<sup>10</sup> Ibid. p.51

<sup>11</sup> Ibid. p.31

<sup>12</sup> Ibid. p.158



traição ao povo cometidos por seu marido. A personagem feminina de Carolinda revela a visão dos moçambicanos sobre os desmandos dos que chegaram ao poder. Estevão é denominado por ela como “adminstrador” (COUTO, 2007, p.188) e vários dos seus atos de tirania são por ela condenados e denunciados. Carolinda viera de um casamento anterior, em que o marido fora assassinado na guerra pela revolução. No entanto, sua dor se perpetua por ter sido ele assassinado pelos guerrilheiros de seu país, e não pelos inimigos do fronte português.

Outra personagem importante no romance é Farida. Ela irá aparecer nos cadernos de Kindzu como uma mulher isolada em um navio naufragado, cuja vida se resume a espera de um filho que desaparecera. Esse filho fora resultado do abuso que sofrera por um português que a tinha adotado, não restando a mulher outra opção que não também entregá-lo a adoção. Desta forma, Farida se perde da criança, Gaspar, e quando busca reavê-lo o menino já havia fugido do orfanato. Imersa em universo de dor, Farida enlouquece e opta pelo refúgio longe de quaisquer pessoas. Farida ao longo da narrativa se transformará no amor de Kindzu, o qual não medirá esforços para reencontrar o filho da mulher amada.

Carolinda e Farida são irmãs gêmeas, e aí começa o caminho de punição imposto a ela ao longo de toda vida. Em sua terra, a crença era que: “nascimento de gêmeos é sinal de grande desgraça” (COUTO,2007, pg.70). Assim inicia o trágico destino de Farida e Carolinda, das quais apenas uma poderia sobreviver. Cabia à mãe matar uma das irmãs, tarefa que a mesma não cumpriu, fingindo que deixara Carolinda morrer de fome. Após do nascimento das meninas, a mãe fora expulsa da Aldeia, abandonada assim, à sorte, no meio da estrada.

O destino das mulheres e seu papel na sociedade também é alvo de reflexão na obra de Mia Couto. O revelar do lugar delegado ao feminino nos é mostrado através do que é imposto às mulheres: humilhação, submissão e silêncio. O fardo carregado pelas moçambicanas nos expõem os valores e práticas culturais do país, uma africanidade intrinsecamente ligada às tradições e religiosidade.

A necessidade de narrar dará às mulheres o dever da narrativa. Este feminino inscrito na história trará uma memória em que o trauma individual é

narrado para que pertença à coletividade (SELIGMANN-SILVA,2008,p.65). Este registro do passado torna-se quase uma obrigação para as mulheres, visto que seu olhar será destinado ao esquecimento, caso não testemunhem sobre sua experiência.

Farida, a mulher isolada no navio, tem como única visão um farol, ao qual dedica seu olhar na esperança de encontrar seu filho. Através de lembranças e histórias, ela inventa um novo mundo, uma nova identidade, ela quer sair daquele país. Já Kindzu, seu apaixonado, tem postura diferente, ele quer reconstruir o país, quer reinventar seu lugar, deixando para trás o cenário de guerras e desmantelamentos a que desde sempre fora submetido.

Os cadernos de Kindzu possuem essa função de reconstrução identitária, de reinvenção de experiências e memórias. Emerge uma cultura africana remodelada, na qual a história serve como aprendizado e objeto de reflexão. Tal como afirma Thompson (1987) é necessário que essa cultura não seja esquecida, mas que seja registrada e compreendida, refletindo-se sempre que este sujeito histórico está inscrito em contexto determinado, sobre o qual atuam forças de coerção.

A busca do menino pelos Naparamas é a busca do cessar da guerra e de um momento histórico propício ao surgimento de uma nação, constituída por moçambicanos imbuídos de identidade moçambicana, formada por raízes tribais aliadas ao aprendizado da Moçambique moderna.

Ao longo do romance estas raízes são registradas pela fala dos curandeiros, feiticeiros, os quais dão conselhos e fazem premonições. A exemplo de nganga, um adivinho/ curandeiro que aconselha Kindzu à fuga pelo mar, para que este possa sobreviver à guerra: “onde a água faz sede e a areia não guarda nenhuma pegada” (COUTO,2007,p.31), este deveria ser o caminho do rapaz.

Mia Couto, nesta obra, retrata os moçambicanos como espelho do povo, não da elite, e este povo, majoritariamente pertence à ruralidade, são aqueles que não encontram na escrita a forma de registrar sua cultura, suas tradições. Logo, sucedem os testemunhos através das premonições, sonhos, estórias em volta da fogueira. Esta África mítica, advinda de um país em guerra, nos é contada pela parcela que de fato sofrera com o conflito e que não recebeu de expressar seu sofrimento, suas desesperanças.

A busca do menino Muidinga pelos pais e a procura de Kindzu por Gaspar, terminam no momento em que percebemos que Muidinga é Gaspar, o filho desaparecido de Farida. Desta forma, o romance termina com a revelação de que uma história diferente pode ser escrita, assim como a história de Moçambique.

Em todos os capítulos da narrativa a relação com o pós-guerra se faz presente, a dor externada contrasta com a valorização de uma cultura que pretende recuperar o sentido da humanidade perdido na guerra. *Terra Sonâmbula* (2007) é um testemunho literário do momento histórico de Moçambique, em que a voz coube às vítimas, e a experiência histórica remonta à experiência vivida, aquela que sobreviveu ao trauma.

### 3.2 PAULINA CHIZIANE

Paulina Chiziane nasceu na cidade de Maputo, antiga Lourenço Marques, em 1955. Advinda de uma família protestante, aprendeu a língua portuguesa em uma missão católica e começou os estudos acerca de Linguística, na Universidade Eduardo Mondlane, porém, sem concluí-los.

Como membro da FRELIMO, Paulina militou durante a juventude, deixando de envolver-se na militância quando se dedicou as suas publicações. A desilusão com as diretrizes do partido, principalmente em relação às políticas que englobavam mono e poligamia e liberdade feminina, fizeram-na escolher outro caminho de resistência: as palavras.

A trajetória de Chiziane difere das demais mulheres de seu país pelo fato de que cedo entrara para o colégio, despertando assim o gosto pela leitura e a necessidade do desabafo através das palavras. Depois de casar-se, ter filhos, a autora lança seu primeiro livro, *Balada de amor ao vento* (1990). Recebido inicialmente com desprezo em seu país, a obra logo impunha a sua autora adjetivos como “frustrada”, “desesperada”, quer fosse pelo teor do livro ou pela linguagem por ela utilizada.

Paulina Chiziane, no livro *“Eu, mulher...: por uma nova visão do mundo”* (2013) dá seu depoimento sobre o início do seu trajeto como escritora e fala acerca do papel da mulher no seu país. Ameaçada de morte, sob

estrondos e propostas sexuais, Chiziane conta que ser escritora ou artista, era sinônimo de ser prostituta, e que, na sua terra, de todas as esferas sociais lhe surgiam propostas sexuais.

No entanto, tal prática serviu-lhe de estímulo para reverter o papel da mulher na sociedade em que se inseria e transformar suas palavras em uma maneira de resistir, lançando a semente da coragem em outras mulheres. Em seus livros Chiziane traz estas reflexões e denuncia a condição das mulheres:

Que vergonha eu sinto. Estou desesperadamente a pedir socorro e respondem-me com histórias de macho. Os problemas de uma mulher são classificados no arquivo das insignificâncias, caprichos, incapacidades. São assim os pais. Sempre educando os filhos para serem tiranos e as filhas para aceitarem a tirania segundo a ordem do universo. (CHIZIANE, 2002, p.97)

Poderia uma escritora, mulher, que passou pela experiência que Chiziane passara ter a mesma visão de mundo que um escritor?

A um homem, tais provações não são impostas. Escolher o caminho da escrita jamais teria par de igualdade à escolha do caminho da promiscuidade. Portanto, a experiência de ser mulher é significativa a tal ponto de pensarmos que seu testemunho será, pela sua condição feminina, diferente sim. Para dar voz a estas mulheres, Chiziane fala de temas femininos, denuncia o papel das mulheres nos povoados e na guerra, fazendo de sua narrativa um instrumento de libertação.

A busca de uma fala feminina e a coragem de versar sobre assuntos considerados tabus em Moçambique, conferiu a Paulina uma identidade de escritora bastante particular. A cada dia cresce o seu reconhecimento enquanto expoente da literatura moçambicana. São livros da autora: Balada de amor ao vento (1990), Ventos do Apocalipse (1993), O sétimo juramento (2000), Niketche: uma história de poligamia (2002), O alegre canto da Perdiz (2008), Na mão de Deus (2013), Por quem vibram os tambores do além (2013).

Revelando a visão mitológica de mundo das aldeias, Chiziane conta os rituais e crenças das tribos e clãs, nos quais as mulheres são consideradas as culpadas pela seca, guerra, epidemias e quaisquer desgraças visto que são as geradoras da vida e dos seus ventres e sangue advêm os feiticeiros, prostitutas e assassinos. Esta visão histórica, Paulina descreve também em sua obra

literária:

Dos ventres fecundos da Mananga germinaram sementes. Onde estão as flores que o sol não viu? Onde é que foram enterrados os rebentos dos homens, semeados com os ideais da multiplicação da vida? A vossa maldade abafou-os. O sangue desses inocentes clama por vingança, expulsa os ventos que trazem as nuvens, e a chuva. Onde foi enterrado o fruto dos vossos crimes, vergonha de todas as mães do mundo? (...) A chuva não cai, mulheres, a culpa está convosco (CHIZIANE, 1999, p. 92).

A autora conta que alguns povos como o *Tsonga*, sua etnia, castigam as mulheres antes de promoverem rituais de purificação da terra. Após o castigo, se este não surtir efeito junto aos deuses, o povoado celebra o *Mbelele*, ritual no qual elas correm nuas, revolvendo sepulturas, gritando e cantando para que os deuses escutem. Criadas para o casamento, assim que ocorre a menstruação são entregues aos seus maridos, “muitas vezes idosos, polígamos e desdentados (CHIZIANE, 2013, pg.8) e a si não são permitidos desejos ou sonhos. A carga de simbolismos e a ousadia nas temáticas revelam uma mulher que toma para si a responsabilidade de representar as mulheres de seu país, utilizando como arma seu discurso.

### 3.2.1 VENTOS DO APOCALIPSE

Escrito em meio à guerra civil moçambicana, *Ventos do Apocalipse* (2006) traz a experiência de Paulina Chiziane em relação ao conflito. Atuando como enfermeira da Cruz Vermelha nos campos de refugiados, a autora busca na literatura uma maneira de expressar sua angústia e desnudar as atrocidades a que assistiu.

O livro conta a saga dos habitantes de Managa. Atacados por todos os lados, devido ao conflito civil interno do país, o povoado nem sequer tem a chance de identificar o agressor. FRELIMO e RENAMO se digladiam pelo poder, impondo a seus irmãos o destino do êxodo.

O massacre obriga os moradores da aldeia a procurarem novos caminhos, distintas rotas para que possam reconstruir suas vidas. Como assentia Koselleck (2006) estas pessoas, que se constituem em um grupo, convergem para uma fuga, que é a ação advinda do fato histórico. Assim, suas histórias passam a integrar a História, visto que as narrativas particulares

formarão uma narrativa única, de sofrimento, embora contenha a pluralidade dos testemunhos dos sujeitos históricos.

Assim, vinte e uma noites no trajeto destes moçambicanos vagantes nos é proporcionado acompanhar. O narrar das perdas, dúvidas e fome nos faz refletir o quão cruel a guerra se apresenta para o povo. As palavras duras de Paulina criam um narrador que a todas as crueldades quer denunciar.

Predomina em *Ventos do Apocalipse* (2006) , desde o início, o tom impactante e descrente da narrativa. O primeiro título que emerge é denominado “o marido cruel” (CHIZIANE, 2006, p.16) e aquele que o segue, “mata, que amanhã faremos outro” (CHIZIANE,2006,p.18).

Referindo-se à prática de atribuir às mulheres a culpa de todas as desgraças, “o marido cruel” será o retrato das tradições a que as moçambicanas são submetidas, que incluem —além do sofrimento— a humilhação e a responsabilidade culposa por terem parido tantas vidas, as quais, agora, agonizam na fome.

A esse tormento, os maridos apresentam solução: “mata que amanhã faremos outro”. As crianças eram um fardo pesado na guerra, denunciavam o esconderijo no momento da fuga, faziam tudo que não era permitido: falar, tossir, mover-se. Logo, comprometiam a segurança do bando.

Assim sendo, era preciso “silenciar o choro dos meninos” (CHIZIANE, 2006, p.19) e à mulher cabia a tarefa de sufocá-los. Através destas fortes passagens, o romance revela toda a impotência da mulher. Comprova-se que o testemunho, na história oficial, fora dado por vozes que não femininas, mascarando assim suas batalhas, dores e valentias.

Seligmann-Silva (2008) vai encontrar nestas personagens femininas o seu narrador de “um passado que não passa” (2008, p.69). Este trauma é tão forte que provoca nas mulheres uma enorme desorientação. Mais difícil torna-se a narrativa deste trauma visto que a testemunha não está acostumada a ter voz. Contudo, a necessidade do narrar torna-se evidente em *Ventos do Apocalipse* (2006),que exemplifica uma narrativa de teor testemunhal.

Este fato histórico e seus desdobramentos precisam ser registrados. Como afirma Ricouer (2008) este testemunho emerge como uma categoria da história, no qual o sujeito está inserido, e o qual servirá de objeto de estudo para os historiadores.

Interessa-nos refletir que a biografia do mundo tem sido escrita e pensada através dos testemunhos masculinos. O passado histórico oficial é revelado prioritariamente pela voz dos homens. As sociedades e épocas de outrora não permitiam outro papel à mulher que não o de geradora ou de símbolo sexual. Participar das mudanças políticas e sociais é novidade, uma revolução para uma parcela da população, significativa e numerosa, que sempre participou ativamente de tudo, mas nos bastidores.

Se pensarmos na guerra, veremos que as mulheres são as maiores vítimas, sempre a mercê dos ímpetos e desejos masculinos. Junto aos filhos, são geradoras e guardiãs da vida, enquanto os parceiros vão para a luta e veem a história feminina encoberta e diluída na história dos homens.

Logo, reconhecer-se enquanto uma classe que possui extrema importância, é necessário. Existe um esquecimento, na história das guerras, de que as mulheres estão em toda parte: trabalhando nas fábricas, fugindo dos povoados e das bombas, cuidando dos enfermos. Alemãs, japonesas, francesas, soviéticas, americanas, britânicas, sem a visibilidade que lhes é devida. Isso, se pensadas as grandes guerras. Se o foco forem os conflitos internos civis, tantas outras milhares, como as moçambicanas, também foram preteridas enquanto sujeito histórico. E teriam a mesma experiência nos acontecimentos históricos que os homens?

Somente quando se reconhecerem como sujeitos subordinados a sistemas que regulam uma experiência, como teoriza Foucault (1984), é que as mulheres poderão se reconhecer como sujeito da história. E este caminho é iniciado na narrativa de Paulina. A experiência situada historicamente é trazida à tona. Os discursos e maneiras de agir das mulheres nos são revelados.

Ao longo das páginas de *Ventos do Apocalipse* (2006), vamos conhecendo mulheres que abrem mão da família, da sanidade, da beleza, do amor e dos sonhos, e vemos os demais, com naturalidade, endossarem tais comportamentos, visto que à mulher cabem as renúncias.

Tecendo sua narrativa ancorada na figura do Régulo Sianga, e na história de sua família, Chiziane traz à tona a personagem feminina Minosse, que será quem vai conduzir a narrativa questionando essa invisibilidade da mulher.

Às mulheres cabia a tarefa de realizar um ritual denominado *Mbelele*, o

qual traria novamente a chuva e com ela a prosperidade para a terra que se tornaria fértil. No entanto, após a independência, a FRELIMO determina a proibição de quaisquer práticas que sejam ligadas à feitiçaria, curanderismo ou rituais. A justificativa era de que se pretendia criar um Estado laico, e tais práticas não corroborariam para tanto.

Reconhecemos aqui tênue fronteira entre o real e o fictício, problematizada por Lukács (2011). A vivência individual de Sianga nos é comunicada e faz sentido à coletividade moçambicana. De fato a FRELIMO proíbe os rituais em Moçambique pós-independência, enviando os Régulos para campos de refugiados, extinguindo assim a narrativa destes velhos, aos quais Benjamin (1985) delega o papel de “camponês sedentário”.

Com a proibição dos rituais, o governo imagina o surgimento de uma nova identidade em Moçambique, algo que levaria o país ao desenvolvimento, em detrimento às práticas e rituais da tradição. Logo, o governo e o povo travaram um embate entre política e cultura.

O livro de Paulina materializa tal confronto entre povo e governo quando a personagem de Sianga perde sua autoridade de Régulo, os quais seriam chefes nas tribos e que por séculos tiveram o papel de mediação da comunicação entre as tribos e os portugueses durante a época da colonização. A unidade que pretendia o governo, não tinha como acontecer de fato, visto que antes da colonização as tribos já eram inimigas, já tinham suas divergências. As fronteiras artificiais criadas pelos portugueses se desfizeram pós-independência, por isso eclodiu novamente a guerra, para que um novo comando fosse disputado.

O Régulo Sianga traz seu testemunho sobre os acontecimentos, subvertendo o olhar da história oficial:

Mais injusto ainda foi usurparem-nos o poder e as nossas terras. Injusto foi queimarem-nos os lugares de culto, e todas as amarguras que passamos. Muitos dos meus homens viram-se obrigados a procurar exílio noutras paragens porque aqui a vida era impossível. É preciso ter fé, que o nosso reino voltará. Formaremos um comando ainda mais forte que nos tempos de outrora (CHIZIANE, 1999, p. 54).

O povo vê-se aqui enquanto uma classe oprimida. Aquela que não terá a sua percepção de história anotada na história oficial do país, já que não é a



classe privilegiada. No entanto, como afirma Thompson (2006) não há classe mais ou menos autêntica, melhor culturalmente ou não, existem classes distintas e é errôneo hierarquizá-las. Os elos coletivos formaram essa classe do povo, com uma mesma base cultural, logo, a mesma deve ser respeitada enquanto detentora de uma experiência histórica.

Mesmo destituído de autoridade pelo governo, Sianga ainda tem o povo como seu seguidor, e, aproveitando-se da seca e da fome que assolam seu povoado, ordena a realização do *Mbelele*. O povoado, por conseguinte, deveria contribuir para o ritual através de oferendas para o sacrifício, cabendo aos capangas de Sianga arrecadá-los. Logo, surge um plano, arquitetado pelo chefe tribal: recolher os mantimentos e não repassá-los a ninguém.

As estruturas de poder marcadas pela corrupção chegam então ao povo. Não mais só o governo é quem irá mentir, enganar e roubar. A guerra propiciou o ambiente em que o sentimento de pertencimento se desfez e aquele que deveria ser o guardião do saber, das experiências e cuidar do seu povo, agora o trai.

O saber do régulo articula as estruturas propostas por Foucault (1984): saber, cultura, normas e subjetividade. É preciso reconhecer que ele é o detentor do saber, fato que é inerente a sua posição de Régulo, no entanto as normas e contextos a que está submetido no momento histórico da guerra o faz utilizar-se do seu saber de forma diferente daquela que seria a habitual. Portanto, muda seu conceito de verdade. Cabe enfatizar que esta experiência histórica vivida pelo Régulo deve ser encarada enquanto particularidade daquele sujeito, naquele momento histórico, já que sua prática adveio da construção possível naquele tempo da história.

Já que não havia a possibilidade de sair do país, os moçambicanos, enfraquecidos pela guerra, trocam experiências com os idosos e deles procuram absorver a astúcia, os rituais e os saberes. A passagem do saber, em África, era papel dos *griots*<sup>13</sup>, que através dos cantos rituais, gestos e palavras rítmicas eram tidos como contadores tradicionais, mais que isso, eram uma espécie de “escolhidos”.

---

<sup>13</sup> Griot é o nome dado pelos franceses ao diéli (quem tem a força vital) que significa “contadores de histórias”. (HERNANDEZ, 2008, p.29)

Chiziane apresenta uma experiência histórica que não reflete mais a ancestralidade como até então se concebia. Aos velhos, em *Ventos do apocalipse* (2006), coube a arte de enganar o povo, arrecadando mantimentos essenciais e regalias em troca de uma suposta cerimônia religiosa, a qual somente eles saberiam executar. O Régulo corporifica um passado que não mais se faz presente em virtude da adversidade trazida pela guerra.

A história do Régulo e sua corrupção encerra a primeira parte do romance, o qual está dividido em duas partes. A primeira parte irá tratar das relações de submissão da mulher, do casamento arranjado, da poligamia, dos rituais e tradições envolvendo os antepassados e questionando a identidade do povo que agora luta pela sobrevivência.

A segunda parte da narrativa é aquela que vai trazer a narrativa testemunhal, mostrando o êxodo do povo de Mananga para tentar alcançar a Aldeia do Monte. Este narrador responsável por contar todas as mazelas daqueles que precisam passar por esta fuga, vai contar a tristeza e também descrever o cenário de corpos mutilados, bombas caindo e pessoas gemendo de dor. É o verdadeiro cenário do Apocalipse:

Se o homem é a imagem de Deus, então Deus é um refugiado de guerra, magro, e com o ventre farto de fome. Deus tem este nosso aspecto nojento, tem a cor negra da lama e não toma banho à semelhança de nós outros, condenados da terra (CHIZIANE, 2006, p. 184-185).

Os ventos, anunciados no título do romance, são esta fuga dos aldeões em busca da sua Gênesis, enquanto passam por todas as provações e descrenças. Eles não tem as novas expectativas, característica necessária às experiências que dinamizam a história, segundo Koselleck (2006), por isso fogem. Portanto, é preciso viver esta experiência e narrá-la, já que reconstruir o passado pela narrativa é reconstruir as expectativas de um povo.

Quando chegam à Aldeia do Monte, que era o objetivo dos refugiados, o povoado de Macuácuá os recebe, de acordo com as suas tradições, fato ao qual precisam se adaptar. Conforme vão se instalando na aldeia, esta vai perdendo o status de oásis, de alento, e os andantes percebem que apenas se deslocaram no caminho, não no destino: “A aldeia do monte é um monumento macabro, dramático. A vida dos homens é inaceitável. Pesada. Deprimente.

Um monte de torturas como o Monte Calvário” (CHIZIANE, 2006, p. 201).

O romance de Paulina Chiziane traz o testemunho ficcional do trauma da guerra, criando personagens que se deslocam em virtude de um conflito armado. Contudo, ao chegar ao seu destino, a constatação é de que esta travessia em nada vai mudar o caminho, e que resta apenas o relato e a experiência advindos da busca.

Ao final da diegese a Aldeia do monte arde em chamas, extinguida da história e da possibilidade de se refazer e abrigar os sujeitos diaspóricos. O sofrimento se instaura efetivamente, quando a aldeia recebe seu “batismo de fogo”, recuperando as últimas palavras da escritora na narrativa. Paulina Chiziane, sobrevivente da guerra, portanto uma superstes, de acordo com Agamben (2008), nos revela suas impressões e experiências, a partir de seus narradores ficcionais, que embora sejam fictícios são constructos históricos testemunhando a experiência factual da guerra.

## ASPECTOS CONCLUSIVOS

Em *Terra Sonâmbula* (2007) e *Ventos do Apocalipse* (2006), romances aqui analisados, a guerra é retramada na diegese. No entanto, a visão sobre a guerra, a experiência advinda dela, é relatada por personagens que não pertenceriam à versão oficial da história. A eles os autores emprestam a palavra.

Se Paulina Chiziane através de sua narrativa testemunha ficcionalmente o trauma da guerra, a partir de personagens que buscam o deslocamento por força de um conflito armado, Mia Couto também parte deste mesmo eixo, descrevendo eventos que impulsionam as personagens a percorrerem trajetórias de movimento. Farida, queria reencontrar seu filho Gaspar, Kindzu, almejava se tornar um guerreiro de tradição, Muidinga e Tuahir buscam um lugar que lhes proporcione uma vida mais digna, um alento em meio a um país marcado pela miséria, fome e destruição.

No romance *Ventos do Apocalipse* (2006), de Chiziane, os curandeiros e mestres de cerimônia relatam os horrores da guerra, as mulheres contam as

tristes sagas de fuga e de morte dos filhos e maridos. Em *Terra Sonâmbula* (2007), um velho e um menino, andarilhos, ganham espaço contando suas versões da história.

O deslocamento, o movimento dos sujeitos históricos, denota-se através de um novo olhar lançado para aqueles que antes não poderiam testemunhar. A eles não era ofertada tal possibilidade. Suas vivências eram um à parte, lembranças e conhecimentos que só poderiam acessar aqueles que através do testemunho oral de um membro mais antigo da família ouviam os relatos.

O discurso literário moçambicano busca essa fórmula de emprestar sua voz a estes sujeitos. A subversão da história nos é revelada pelas personagens que desvendam os mais íntimos segredos da nação. Esse testemunho retratado na literatura é uma porta encontrada pelo país para a redenção das vítimas da guerra.

Impõem-se um cenário político em que atualmente governa a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), partido responsável pela libertação do país do jugo de Portugal. Eleições tumultuadas e desavenças com a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) ainda imperam no país. Poucas então são as formas de denunciar as dores sofridas durante e pós guerra. À Literatura esse papel tem sido delegado.

Assumidamente contadores de histórias, Mia Couto e Chiziane integram uma cadeia interessante de ser pensada: recolhem os testemunhos; os reinterpretam e registram através da literatura. Conflitante relação, já que ao mesmo tempo que as narrativas moçambicanas são uma referência de experiências históricas, a maioria dos africanos não as acessam através da leitura. Estrangeiros procuram dar conta de entender e teorizar Moçambique, experienciando o passado do país pelas narrativas dele advindas.

Couto e Chiziane são contadores de histórias e se nutrem da mesma fonte: utilizam o entrecruzamento de história e ficção, no qual a narrativa de ficção irá imitar narrativa histórica. Ou seja, a história serve de ponto de partida para as narrativas. A relação entre história e literatura encontra na narrativa o elemento de aproximação, de comparação de discursos.

O trauma, o evento histórico, permeia a diegese de ambos autores e o testemunho, como afirma Ricoeur (2008) é entendido como verdade, já que

ancora-se em uma experiência histórica coletiva. Nestas narrativas, que podem ser classificadas como narrativas de teor testemunhal, os culpados confessam os crimes pela necessidade que a memória coletiva impõe de confissão. É preciso confessar para que haja uma redenção.

A diferença marcante entre Mia Couto e Paulina Chiziane ocorre ao nível da linguagem que expressa a denúncia. Chiziane utiliza uma linguagem dura, palavras que mostram a realidade cruel e devastadora, assim como os termos que ela opta por utilizar. Já Mia Couto, poetiza o sofrimento, o cobre sob o manto do poético e dá um tom de beleza à dor.

Em ambas as narrativas, o trauma se sobressai e o país, mesmo sob novo governo, não melhora. Entretanto tal fato é encarado sob a ótica da melancolia em *Terra Sonâmbula* (2007) enquanto que *Ventos do Apocalipse* (2006) denota uma visão nula de prospecção de boas expectativas. Logo, os autores possuem visões diferentes no projetar do futuro.

Na obra de Mia Couto e Paulina Chiziane a falência do sistema colonial e a nova nação Moçambique aparecem no decorrer dos livros amparados por experiências de tempos antigos e identidades que se quer reinventar. Portanto, observar a experiência advinda da narrativas de testemunho é observar a ficção trazendo à tona o passado verdadeiro do país.

As experiências, ao atravessarem as fronteiras territoriais, revelam a história. A articulação das vozes dos escritores Mia Couto e Paulina Chiziane mostra que o moçambicano quer representar-se. A reivindicação do lugar da fala e da experiência quer-se fazer escutar pelas palavras do sujeito histórico. A denúncia, portanto, está a ser feita pela voz do povo, por testemunhos dos subalternos que agora se reconhecem enquanto sujeitos históricos, pelo menos enquanto narradores de experiências em uma literatura moçambicana engajada.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Aushwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANDERSON. Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Col. Os Pensadores) [cap. IX]

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUESCU, Helena Carvalhão. *Grande Angular*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001 [pp. 3-26].

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Caminho, 2006.

COELHO, João Paulo Borges. *E depois de Caliban? A história e os caminhos da literatura no Moçambique contemporâneo*. IN: (orgs.) GALVES, Charlotte; GARMES, Helder, RIBEIRO, Fernando. *África -Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Ed. Unicamp, 2009.

COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao Programa Entre nós, 2006.  
Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=WYzIAmWFIBY> >  
Acesso em: 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *30 anos de independência. No passado, o futuro era melhor?*  
Disponível em  
< [http://www.deza.admin.ch/ressources/resource\\_es\\_24839.pdf](http://www.deza.admin.ch/ressources/resource_es_24839.pdf) >  
Acesso em: 22 mai. 2013.

FELINTO, Marilene. Mia Couto e o exercício da humildade. Folha de São Paulo, Caderno Mundo, em 21.07.2002.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FONSECA, Sérgio. *O prazer quase sensual de contar histórias – Entrevista com Mia Couto*. O Globo, caderno Prosa & Verso, em 30.06.2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade – O Uso dos Prazeres*, Vol. II Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GENRO, Tarso. *Moçambique: a caminho do socialismo*. Porto Alegre: Movimento, 2002.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-moderno*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. *Critérios históricos do conceito moderno de Revolução*. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.

LEWIS, M. Paul. *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas, Tex., 2014.

Disponível em

<[http://www.ethnologue.com/show\\_map.asp?name=MZ&seq=10](http://www.ethnologue.com/show_map.asp?name=MZ&seq=10)>

Acesso em 29 set. 2014

LUKÁCS, Gyorgy. A forma clássica do romance histórico. *O romance histórico*. Trad. Arlenice Almeida da Silva. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [pp.33-113]

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (v.3)

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: ed. Unicamp, 2008.

SELIGMANN- SILVA, Marcos. *Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*.

Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=en)> Acesso em: 23out. 2014.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória*. Passo Fundo:Ed.UPF, 2004.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

VANSINA, Jan. *La tradicion oral*. Barcelona: Labor, 1969:p.33-61

VISENTINI, Paulo Fagundes, RIBEIRO, Luiz Dario & PEREIRA, Analucia Danilevicz. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WHITE, Hayden. *Meta-ficção*. São Paulo: EDUSP, 1995.